

BBVA

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2004

ÍNDICE

Síntese de Indicadores Relevantes

1. Órgãos Sociais

2. Quadro Directivo

3. Organograma Societário

4. Enquadramento Macroeconómico

- 4.1 Economia Internacional
 - 4.2 Economia da Zona Euro
 - 4.3 Economia Portuguesa
-

5. Acontecimentos Relevantes

6. Actividade das Principais Áreas do Banco

- 6.1 Banca Comercial
 - 6.2 Banca Corporativa Global
 - 6.3 Mercados
 - 6.4 Banca Institucional
 - 6.5 Banca Hipotecária
 - 6.6 BBVA Patrimónios
 - 6.7 Recursos Humanos
-

7. Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

- 7.1 BBVA Gest
 - 7.2 BBVA Leasimo
 - 7.3 BBVA IFC (BBVA Finanziamento)
 - 7.4 BBVA Fundos
-

8. Análise Económico- Financeira do Grupo

9. Reconhecimento Público

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

- Informação sobre os accionistas
- Relatório dos Auditores
- Demonstrações Financeiras: Consolidadas
- Certificação Legal de Contas: Consolidadas
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal: Contas Consolidadas
- Acta da Assembleia Geral

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas	VARIAÇÃO			
BALANÇO	2004	2003	ABS	%
Activo Líquido Total	3 881 961	3 407 578	474 383	13.9%
Crédito a Clientes	3 150 790	2 726 590	424 200	15.6%
Recursos de Clientes	2 766 048	2 457 555	308 493	12.6%
Em Balanço	1 732 948	1 584 203	148 745	9.4%
Fundos de Investimento	536 491	449 310	87 181	19.4%
Outros fora de Balanço	496 609	424 042	72 567	17.1%
Situação Líquida	194 340	188 708	5 632	3.0%
CONTA DE RESULTADOS				
(+) Juros e Proveitos Equiparados	131 198	120 969	10 229	8.5%
(-) Juros e Custos Equiparados	73 886	63 636	10 250	16.1%
(=) Margem Financeira	57 312	57 333	-21	-0.0%
(+) Outros Proveitos Correntes	80 974	78 187	2 787	3.6%
(-) Outros Custos Correntes	35 189	36 299	-1 110	-3.1%
(=) Produto Bancário	103 098	99 221	3 877	3.9%
(-) Custos Administrativos	71 443	69 386	2 057	3.0%
(=) Resultado Bruto de Exploração	31 655	29 835	1 820	6.1%
(+) Resultados Extraordinários	-8 624	-6 385	-2 239	35.1%
(+) Resultados Subs. Excl. Consolid.	841	479	362	75.5%
(=) Resultado Bruto Global	23 872	23 929	-57	-0.2%
(-) Amortizações do Exercício	9 419	8 780	639	7.3%
(-) Provisões do Exercício	3 300	8 749	-5 449	-62.3%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	11 152	6 400	4 752	74.3%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	1 011	1 237	-226	-18.3%
(=) Resultado Líquido	10 141	5 163	4 978	96.4%
(-) Interesses minoritários	331	-2 390	2 721	-113.8%
(=) Resultado Atribuível ao Banco	9 810	7 553	2 257	29.9%
R.O.A.	0.27%	0.23%	0.04%	
R.O.E.	5.26%	4.34%	0.92%	
Racio de Sovabilidade	8.97%	8.05%	0.92%	
Número de Agências Bancárias	111	114	-3	
Número de Empregados	869	896	-27	

1. ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário

Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado

Segundo Huarte Martin

Vogais

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Ignacio Lacasta Casado

José Luis Joló Marín

José Joaquim Ponte da Silva

José Joaquín Puig de la Bellacasa

Juan Madriaga Asua

Júlio Lopez Gomez

Conselho Fiscal

Presidente

Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal

Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC

Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados SROC, nº105,
representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC nº 772

ROC Suplente

Figueiredo, Neves & Associado, SROC nº 77, representada por Paulo
Guilherme Quartim de Figueiredo da Silva, ROC nº 601

2. QUADRO DIRECTIVO

	CDG	CRI	CAP
Administrador-Delegado Presidente do Comité de Direcção			
Segundo Huarte Martin	P	P	P
Administradores			
José Joaquim Ponte da Silva	*	*	*
Directores Gerais			
António Cebrian Nunez	*		
Carlos Gonzalez Mira	*		
José Carlos Tavares Pessoa	*		
Joan Piera y Miquel	*	*	*
Paulo Miguel Teles Almeida Capela	*	*	*
Pedro Manuel de Seabra Vanzeller	*		
Rui Manuel Claudino Lopes	*		*

Comité de Direcção Geral (CDG)

Este Comité tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação em geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multifuncionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Riscos e Investimentos (CRI)

Este Comité tem por âmbito o risco de contrapartida em todo o tipo de operações. A sua missão consiste na autorização de operações que lhe sejam apresentadas e na definição de políticas de risco.

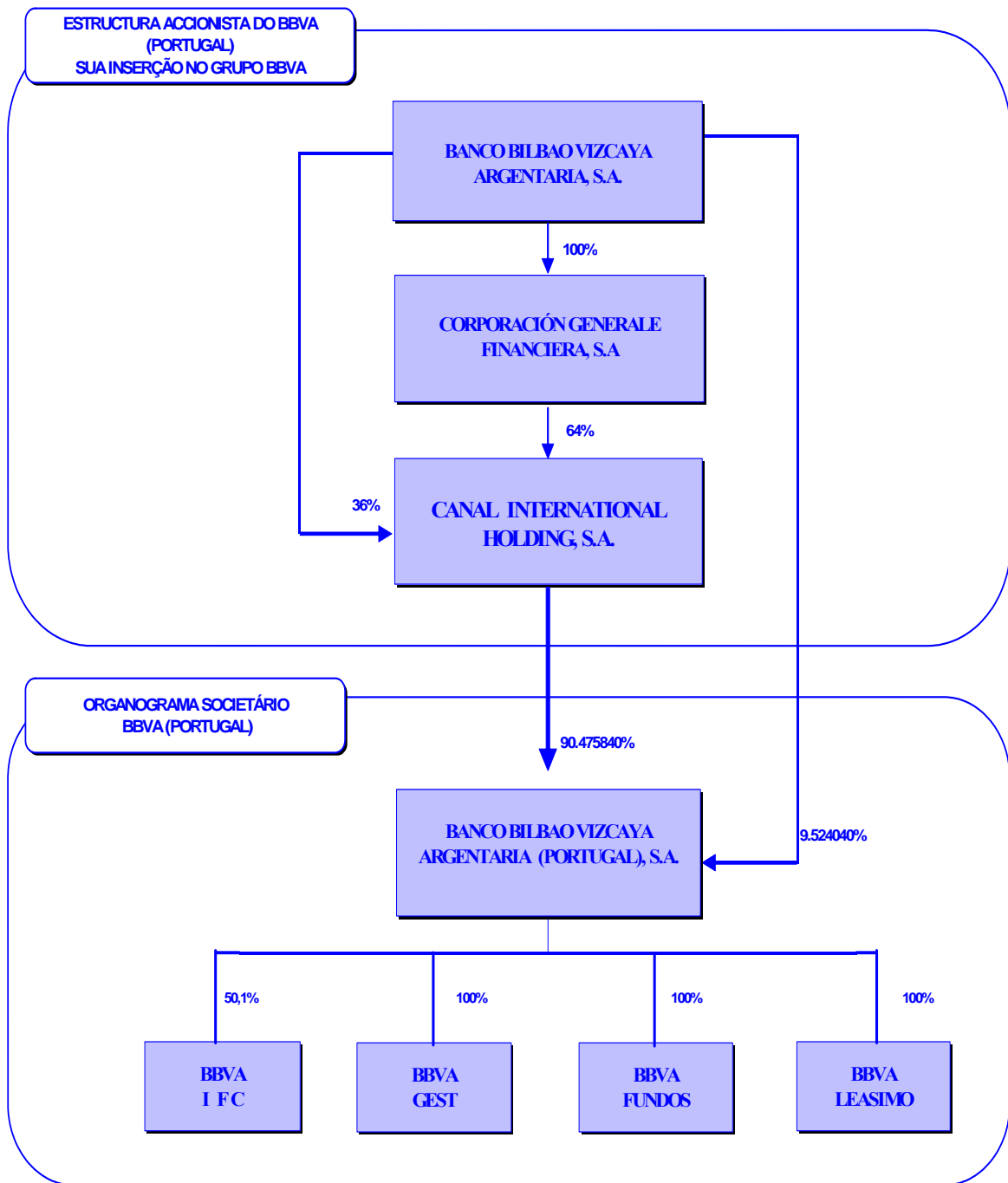
Comité de Activos e Passivos (CAP)

Este Comité tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites á tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

Organograma Societário e Estrutura Accionista

3.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

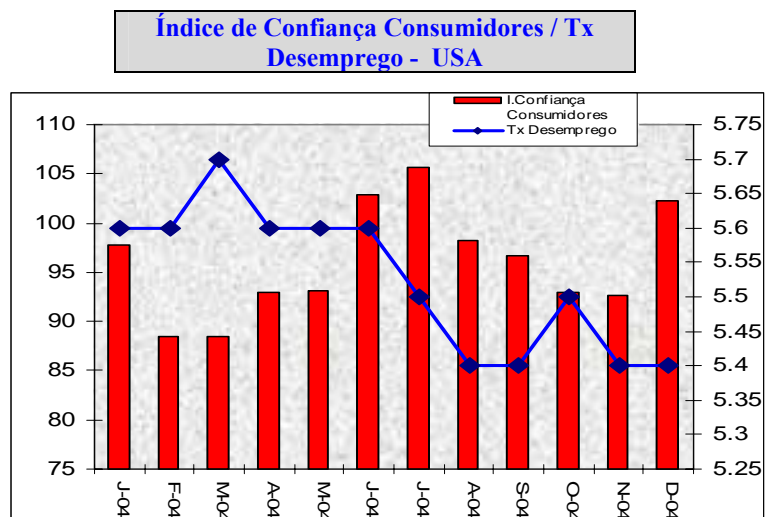
O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2004, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. Enquadramento Macroeconómico

4.1 Economia Internacional

Liderado pelos EUA e com um forte apoio da China, do Brasil e do Japão, assistiu-se em 2004 a um crescimento significativo da actividade económica global, que se estima próximo dos 5%. Nas economias dos países membros da OCDE o crescimento previsto é de 3,6%, claramente superior aos 2,2% de 2003.

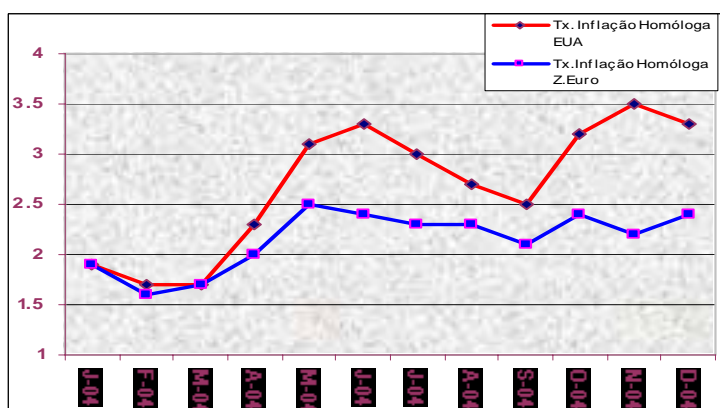
Nos EUA os principais sustentáculos dos níveis de crescimento do produto, em torno de 4%, são o Consumo, que representa cerca de dois terços do produto e que beneficiou de uma paulatina recuperação do mercado de trabalho, de uma política monetária ainda favorável e de um mercado bolsista e hipotecário em expansão, e o Investimento, cujo crescimento foi alicerçado num aumento de despesas de investimento e que beneficiou ainda do efeito da política fiscal expansionista iniciada em anos anteriores .



Fonte: Conference Board; BCE

A desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade, aliada à depreciação do USD e ao conseqüente aumento de preço dos produtos importados, bem como o aumento significativo do preço do petróleo, que valorizou mais de 45% chegando a cotar-se a 44 USD o barril, contribuiu para um visível aumento da taxa de inflação.

Tx Inflação - USA/Z.Euro

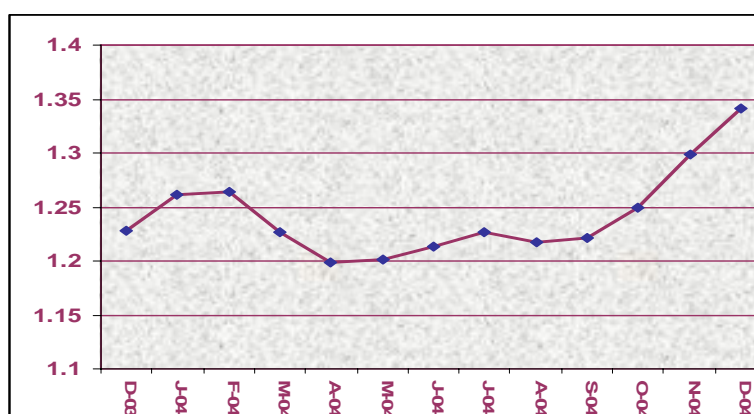


Fonte: Banco Central Europeu

O crescimento da economia americana assenta, no entanto, em graves desequilíbrios estruturais ao nível das contas públicas e das contas externas que, a não serem corrigidos de forma gradual e consistente, poderão por em risco o ritmo e manutenção dessa mesma retoma artificialmente empolada por excessivo endividamento interno e externo.

Em 2004, prosseguiu o agravamento dos chamados “défices gémeos”, orçamental e externo, cuja persistência e amplitude (cerca de 5%) do PIB, conduziram à necessária perda de valor do USD, que acabou o ano a valer 0,73 euros. Para impedir uma desvalorização descontrolada da moeda americana a FED subiu por quatro vezes em 2004 a taxa de juro, que passou de 1% no início do ano, para 2,25% em Dezembro.

Tx câmbio - Euro/USD



Fonte: BdePortugal-Boletim Estatístico

A implementação de uma política monetária mais restritiva, que se prevê continuar de forma moderada em 2005, nomeadamente num contexto de recuperação do mercado de trabalho e de subida do preço do petróleo, contribui igualmente para fomentar a poupança e moralizar a despesa.

Para 2005 espera-se a continuação do crescimento da economia americana, embora com um ritmo menos dinâmico, suportado por ganhos de produtividade e pelo aumento do investimento e das exportações, apoiadas na continuação da desvalorização do USD. A moderação do crescimento advém da necessidade de correção do problema estrutural do endividamento excessivo, que só será revertido com aumento de poupança e contenção do consumo.

Subsistem, no entanto, vários factores de risco, como a queda abrupta do USD, a pressão da procura dos mercados emergentes e das instabilidades geo-políticas sobre o preço do petróleo e a ruptura da “bolha” do mercado imobiliário. A limitada propensão para a restrição fiscal e os elevados gastos com a guerra do Iraque também surgem como factores negativos na correção dos desequilíbrios americanos.

Não obstante prevê-se, para 2005, mais um ano de retoma acentuada para a economia global, embora mais moderada que em 2004, retoma essa liderada uma vez mais pelos EUA e acompanhada pelas economias asiáticas, principalmente pela China e com uma inflação a níveis historicamente reduzidos apesar da sua pendente ascendente.

INDICADORES ECONÓMICOS			
	2003	2004 E	2005 P
PIB			
EUA	3,0	4,4	3,3
Z.E.	0,5	1,8	2,0
JAPÃO	2,4	4,2	2,2
Inflação			
EUA	2,3	2,7	2,7
Z.E.	2,1	2,1	1,9
JAPÃO	-0,2	-0,2	0,1
Desemprego			
EUA	6,0	5,5	5,4
Z.E.	8,9	8,9	8,7
JAPÃO	5,2	5,0	4,5

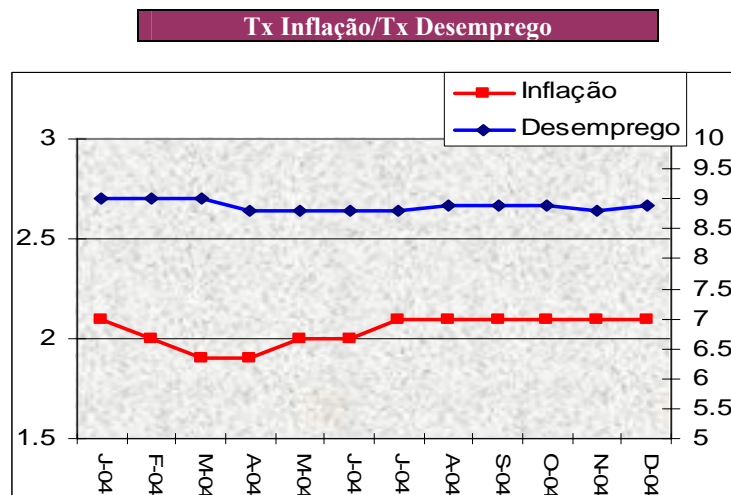
Fonte: OCDE; FMI; Comissão Europeia

Nota: E – expectativa; P – previsão

4.2 Economia da Zona Euro

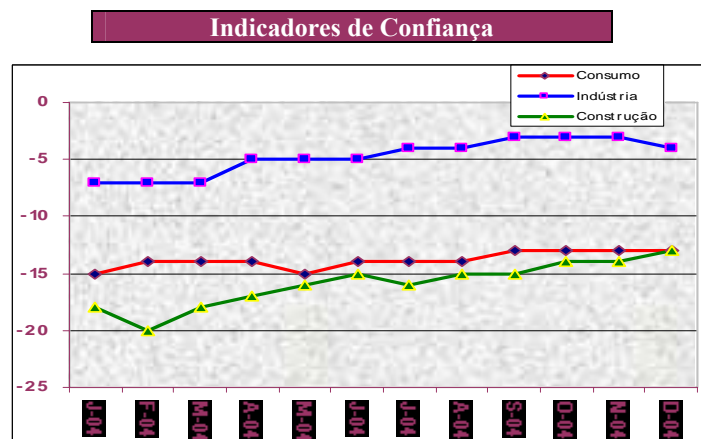
O crescimento da Zona Euro (ZE) apresenta um perfil diferente e apoia-se sobretudo na procura externa. O impacto da desvalorização do USD e da subida do preço do petróleo conduziu a cortes de custos nas empresas e ao adiamento de decisões de investimento, com o inevitável impacto no mercado de trabalho e, por consequência, no consumo. Numa economia com uma procura interna pouco dinâmica e com o sector exportador sob pressão prevê-se que, no seu conjunto, a evolução do PIB não exceda 1,8% em 2004.

A apreciação do euro obrigou o BCE a adiar a subida das taxas de juro confrontado com a sobreposição da necessidade de estimular a economia face ao objectivo que se auto impôs de controle da inflação abaixo dos 2%. O aumento das taxa de juro de referência não será previsível enquanto subsistirem dúvidas sobre a intensidade da recuperação económica, pelo que não deverá ocorrer antes do final do primeiro semestre de 2005.



Fonte: Banco Central Europeu

O impacto das reformas estruturais ao nível do mercado de trabalho e dos sistemas de segurança social, bem como o elevado nível de desemprego que deverá manter-se em 2005 próximo dos 8,9%, eleva o grau de risco associado a evoluções abruptas da valorização do euro e de subida do preço do petróleo e diminui a dinâmica da procura interna. A competitividade dos exportadores europeus será parcialmente defendida quer através da redução das margens de exploração, quer através da diferenciação, valor acrescentado e qualidade dos produtos exportados. A ténue recuperação dos indicadores de confiança permite relançar algum optimismo.



Fonte: Banco Central Europeu

Em 2005 o crescimento da economia da Zona euro será, segundo as estimativas mais recentes, pouco superior ao de 2004, permanecendo dependente da procura externa. Prevê-se igualmente algum espaço de crescimento para a procura interna, nomeadamente para o investimento, com empresas a beneficiarem de situações financeiras mais saneadas, de baixo custo de capital e de uma taxa de inflação em desaceleração.

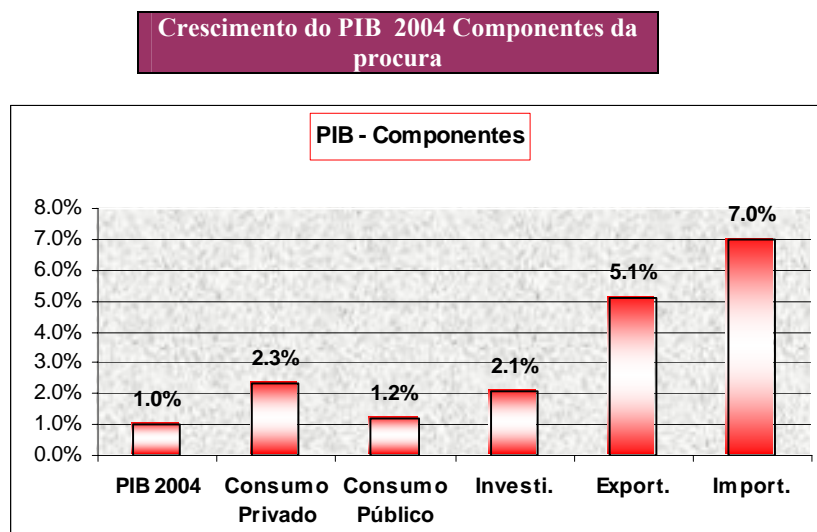
4.3 Economia Portuguesa

Depois de em 2003 a economia portuguesa ter sofrido a sua primeira recessão da última década, com uma queda de 1,1% do PIB, em 2004 assistiu-se a uma recuperação económica sustentada pela evolução positiva de todas as componentes da procura, que se traduziu num crescimento do PIB de 1%.

Apesar da evolução positiva da actividade económica, o crescimento não foi uniforme ao longo do ano, sendo particularmente visível no primeiro semestre, impulsionado pela realização do Euro 2004 e do Rock in Rio Lisboa e sofrendo um arrefecimento significativo na segunda metade do ano.

No final do ano a economia portuguesa voltou a entrar em recessão técnica, recuando 1% no terceiro trimestre e 0,3% no quarto trimestre de 2004. A procura externa líquida contribuiu de forma negativa para o crescimento do PIB.

O consumo, com um crescimento de 2,3% em termos homólogos e o investimento, que registou uma expansão de 2,1% foram, no entanto, os elementos que mais contribuíram para a aceleração do PIB.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A notória desaceleração das exportações a partir do segundo semestre, foi reflexo da recuperação pouco expressiva da actividade económica dos nossos principais parceiros, condicionados pela subida dos preços do petróleo e pela depreciação do USD.

Esta retoma do crescimento parece assim reflectir um recrudescimento da procura interna através de uma aceleração do consumo e do endividamento das famílias e das empresas,

com consequências negativas ao nível das contas externas, pressagiando um perfil menos saudável de crescimento económico.

Reflectindo quer a pressão acrescida sobre as importações, derivada do acréscimo da procura de bens de consumo e de investimento, quer a fraca competitividade do nosso sector exportador, o saldo negativo da Balança Comercial em Dezembro era de 22,7%, em termos homólogos.

Depois de um crescimento sustentado por um consumo elevado face às nossas capacidades de produção e produtividade, prevê-se que o défice da Balança Corrente e de Capital, uma das debilidades estruturais da economia portuguesa, atinja mais de 5% do PIB em 2004, valor significativamente superior aos 3,5 % de 2003.

CENÁRIO MACROECONÓMICO			
TX var %	2003	2004 E	2005 P
Consumo Privado	-0,3	2,3	1,5
Consumo Público	0,3	1,2	0,0
FBCF	-9,9	2,1	1,7
Exportações	5,0	5,1	7,5
Importações	-0,1	7,0	5,2
PIB	-1,1	1,0	1,6
Tx. Inflação	3,3	2,4	2,1
Balanças Corr.+Capit (%PIB)	-3,5	-5,4	-5,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno

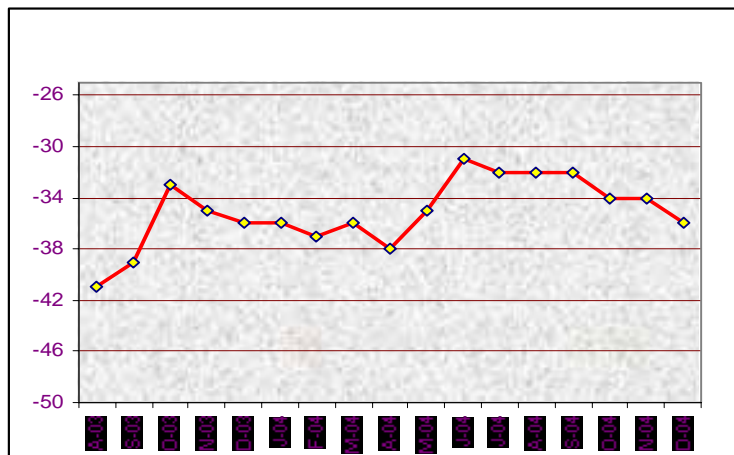
E: Estimativa

P: Previsão

Apesar da elevada taxa de desemprego, que atingiu 6,7% em 2004 e de implementação de políticas de contenção salarial, as famílias, beneficiando de baixas taxas de juro e de acesso facilitado ao crédito, continuam a elevar o seu grau de endividamento que se prevê atingir cerca de 118% do PIB em 2004.

Não obstante, poderá assistir-se a uma clara desaceleração da procura interna, principalmente da componente consumo, que será potenciada com a previsível subida das taxas de juro em 2005. A corroborar esta expectativa de atenuação da recuperação económica estão quase todos os indicadores de conjuntura, em especial os que traduzem as expectativas dos agentes económicos. Os indicadores de confiança, principalmente o dos consumidores, apresentam um declínio sustentado neste último trimestre.

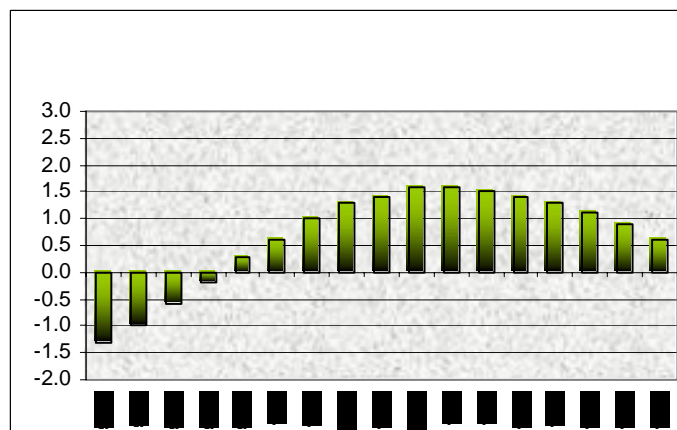
Indicador de Confiança dos Consumidores



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico da Conjuntura

O indicador coincidente do Banco de Portugal segue uma trajetória de actividade igualmente desfavorável.

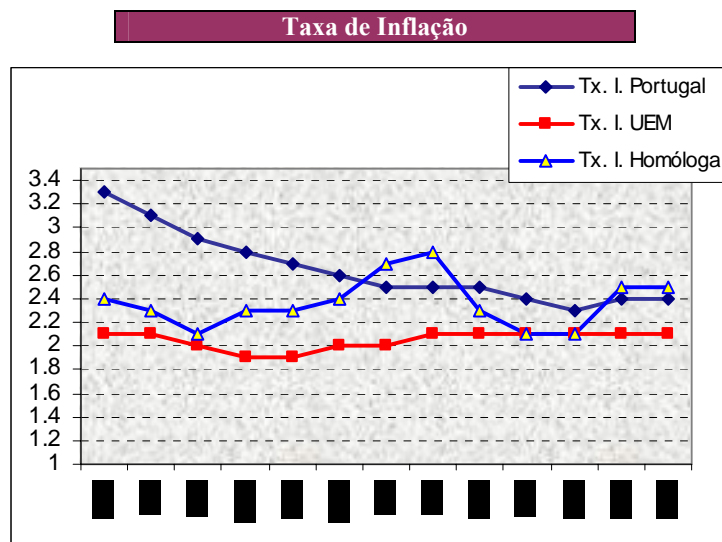
Indicador Coincidente de Actividade - Tvh



Fonte: Banco de Portugal, Boletins de Conjuntura

Atenuando esta tendência de moderação do crescimento, as vendas de veículos comerciais e as vendas a retalho apresentaram variações positivas nos últimos meses de 2004.

O bom comportamento da taxa de inflação permitiu uma aproximação à média dos preços praticados pelos nossos principais parceiros comunitários. Não obstante a contribuição negativa do aumento do preço dos combustíveis, a trajetória de desaceleração da inflação permitiu que a taxa de inflação média se fixasse, segundo o INE, em 2,4%.



Fonte:INE – Instituto Nacional de Estatística

Permanece por debelar outro dos graves problemas estruturais da economia portuguesa, o défice das contas públicas. Apesar de garantir a manutenção do défice dentro dos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento, atingindo um valor de 2,9% do PIB foi necessário, pelo terceiro ano consecutivo, o recurso a receitas extraordinárias que, este ano, foram preferencialmente obtidas através de integração de fundos de pensões de empresas públicas na Caixa Geral de Aposentações.

O Orçamento de Estado para 2005 prevê um défice de 2,8% do PIB recorrendo, uma vez mais, a receitas extraordinárias que se estimam em 2.000 milhões de euros. Esta previsão confirma a dificuldade de instituir políticas mais eficazes de contenção da despesa pública por forma a obter a necessária consolidação orçamental.

A grave situação das contas públicas, poderá levar o novo Governo que for eleito após as eleições de Fevereiro de 2005 a apresentar um Orçamento Rectificativo com um perfil claramente mais restritivo.

INDICADORES ECONÓMICOS

	2003	2004 E	2005 P
PIB	-1,1	1,0	2,1
Inflação	3,3	2,4	2,2
Desemprego	6,3	6,7	6,5

Fonte: média das previsões do: BdePortugal;OCDE;ComissãoEuropeia; FMI

O abrandamento do consumo e das importações irá provavelmente prolongar-se durante os primeiros meses de 2005. A elevada taxa de desemprego, a extinção do efeito de queda das taxas de juro, os elevados níveis de endividamento, são factores que irão servir de travão ao aumento do rendimento disponível.

É igualmente previsível um empenho acrescido das empresas no sector exportador em detrimento do mercado interno, que se prevê menos dinâmico. Subsistem no entanto, dúvidas quanto ao ritmo de crescimento dos nossos principais parceiros comerciais, nomeadamente da economia espanhola, e da evolução da nossa capacidade competitiva.

A economia portuguesa não tem acompanhado com igual dinamismo os sinais de recuperação dos EUA e da Europa. Contudo, quando esta recuperação se tornar mais consistente, será por via das exportações que Portugal poderá encetar uma trajectória de recuperação e convergência.

5. Acontecimentos Relevantes

Durante o ano de 2004, a estratégia contemplada no **segundo ano do Plano Director 2003/2005** gerou um crescimento nos volumes de negócio acima da média do sistema financeiro, permitindo relevantes ganhos de quota de mercado e melhorias na margem de exploração.

- Constituindo um vector estratégico da actividade do BBVA Portugal, o **Negócio Hipotecário** baseou-se na apresentação de soluções financeiras diferenciadas, a preço muito competitivo e acompanhadas de assessoramento próximo e qualificado. É neste contexto que o BBVA lançou o **“Crédito Habitação Fácil”**, mais um produto inovador e inexistente no mercado português e apresentou um primeiro estudo sobre o mercado português intitulado **“Perspectivas do Mercado Imobiliário”**, a empresários do sector da construção e promoção imobiliária. O BBVA Portugal propõe-se assim **contribuir para a reflexão** sobre este mercado através de um processo de estudo e análise periódica sobre os vectores de crescimento e as causas que condicionam o desenvolvimento do sector.
- Outra das modalidades inovadora lançada pelo BBVA nos **Produtos de Activo** foi o **“Crédito Automóvel - Prestação Final BBVA”**, que permitiu aos clientes pagarem uma prestação menor durante a vida do empréstimo ou, em alternativa, adquirir um veículo de gama superior realizando o mesmo esforço financeiro no pagamento da prestação.
- Prossequindo com a sua determinação de oferecer produtos diversificados, rentáveis e inovadores, apresentou uma **forte presença nos Fundos Especiais de Investimento** e nos **Fundos Garantidos**, procedendo ao lançamento do **“BBVA Imobiliário – FEI,”** fundo que é o mais rentável do mercado dentro do seu género, e do **“BBVA Multifundo Alternativo – FEI”**, um novo Fundo de Investimento especializado em métodos de gestão alternativa, e um dos mais rentáveis dentro dos “hedge funds”. Na categoria dos FEI, o BBVA apresenta uma quota de mercado superior a 12%.

Tendo igualmente como objectivo a transparência e a criação de valor para o investidor o BBVA converteu o seu plano de poupança acções num fundo “índice tracker”, que replica o comportamento do principal índice nacional, o PSI-20. Com esta alteração o **BBVA PPA – Fundo Índice PSI 20, constitui-se como o primeiro Fundo Índice Português**. Constituíram-se ainda o **Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA** e o **Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II**, que permitiram alcançar uma quota de 16% na categoria de Fundos Garantidos.

- Na procura permanente de novas soluções de negócio e dirigindo-se igualmente ao segmento de particulares apresentaram-se também novas **Soluções Financeiras de Poupança/Investimento**, cuja característica comum é aliarem a criatividade com a segurança e a rentabilidade. É neste contexto que se disponibilizaram soluções que combinam aplicações em depósitos a prazo com unidades de participação de fundos do BBVA e de que são exemplo a “**Solução Dual Imobiliário BBVA**”, a “**Solução Diversificada BBVA**”, a “**Solução Mista BBVA**” e o “**Duplo Garantido BBVA**”.

É igualmente de destacar o lançamento, de oito novos tipos de **Depósitos Estruturados**, que oferecem ao investidor soluções financeiras adequadas a diferentes exigências.

- No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA assinou com a **Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola**, e com a **Portgás Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA.**, convénios de colaboração financeira cujo objectivo fundamental consiste na disponibilização de linhas de financiamento em condições preferenciais às Pequenas e Médias Empresas e promoveu igualmente a assinatura de **Protocolos de Colaboração**, nomeadamente com a **REMAX**, empresa mediadora imobiliária, e com a **Mapfre Seguros Generales**, para distribuir produtos do ramo não vida.

- No que concerne à **Responsabilidade Social Corporativa** o BBVA efectuou um protocolo de colaboração com o **FRRC- Fundo Remanescente para a Reconstrução do Chiado (Lisboa)**, assumindo-se assim como um parceiro de referência nesta iniciativa de reconstrução e requalificação da zona do Chiado, e assinou um convénio de colaboração financeira com a **Universidade Lusófona** destinado a apoiar o “**Projecto Empreendedor**”. Com esta iniciativa a Universidade Lusófona e o BBVA pretenderam dar o seu contributo para a promoção do auto-emprego, para a criação de empresas de sucesso e para a aproximação das empresas às Universidades.

Para além destes apoios recebeu, através do seu Administrador Delegado, os 350 jovens expedicionários da **Ruta Quetzal BBVA**. Estes jovens, de 48 países, entre os quais se encontravam seis portugueses, participaram neste projecto de solidariedade, tolerância e defesa do meio ambiente, valores que o BBVA tenta impulsionar e promover. Em Portugal os participantes aproveitaram a sua visita para aprofundar o estudo da história portuguesa dos Descobrimentos do Oriente, e conhecer Lisboa e Porto.

- Expressivo significado, pelo reconhecimento de competência e qualidade que confere, teve a nomeação este ano do BBVA Portugal como **Banco Tesoureiro da EUROCONTROLE** (Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea) para Portugal.

6. Actividade das Principais Áreas do Banco

6.1 Banca Comercial

Particulares

Em 2004, a actividade da Banca Comercial do BBVA Portugal caracterizou-se por dar continuidade aos seus objectivos estratégicos, definidos no Plano Director 2003-2005, de incremento da base de clientela de valor e do seu grau de vinculação.

Para concretizar esta estratégia, o BBVA Portugal lançou soluções inovadoras e pioneiras no mercado, quer de produtos de activo, quer de soluções de passivo, que permitiram continuar a prestar serviço de elevada qualidade com assinalável eficácia e eficiência.

No âmbito de soluções de activo, em Janeiro de 2004 foi lançado o Crédito Habitação Fácil, permitindo a introdução de uma prestação final de 30% do capital em dívida, um produto totalmente original no mercado português, sustentado por uma forte campanha publicitária em todos os meios de comunicação, assim como por diversas acções de marketing directo.

As novas soluções de Crédito Habitação permitiram um importante crescimento de volume em 43%.

Ao nível do Crédito ao Consumo, foi lançado uma nova solução para aquisição de automóvel, o Crédito Automóvel BBVA-Prestação Final, o que permitiu não só captar clientes como também obter um crescimento de 24% em relação ao ano anterior.

A estratégia de captação de recursos baseou-se no lançamento de soluções de investimento de valor acrescentado. Destacamos o lançamento do Fundo BBVA Imobiliário-FEI e do Fundo BBVA Multifundo Alternativo-FEI.

Seguindo a estratégia iniciada no ano anterior, lançaram-se dois fundos de capital garantido aberto, o Fundo Capital Garantido Ibex BBVA e o Fundo Capital Garantido Ibex BBVA II, cuja comercialização foi efectuada através de uma solução de investimento e, por último, o Duplo Garantido BBVA com uma campanha na imprensa e rádio.

Adicionalmente, comercializaram-se através da nossa rede comercial, vários Depósitos Estruturados, com diferentes características, permitindo a diversificação nas soluções de investimento oferecidas aos nossos clientes.

Em Novembro de 2004, foi efectuada uma campanha na imprensa e rádio, relativamente à Solução PPR/E., para além de uma acção agressiva e inovadora de marketing directo relativo aos produtos de poupança com benefícios fiscais, que foram fundamentais para incrementar o grau de fidelização dos nossos clientes.

Paralelamente foram desenvolvidas diversas acções comerciais junto de Associações Profissionais e colaboradores de Grandes Empresas, disponibilizando pacotes de produtos e serviços com condições preferenciais, maximizando valor acrescentado aos seus projectos e fortalecendo o nosso relacionamento com as próprias empresas.

Empresas

Prosseguindo a estratégia de crescimento delineada e à semelhança do exercício anterior, o ano de 2004 caracterizou-se por uma evolução muito satisfatória em termos de volume, não descurando redobrados esforços de controle de qualidade de crédito.

Foi assim possível compatibilizar um crescimento significativo do volume de negócios com nova redução do rácio de morosidade, demonstrando-se uma vez mais a exequibilidade da estratégia de crescimento sem deterioração da qualidade do risco admitido.

Também ao nível da vinculação e “*cross-selling*” com os Clientes do segmento foi possível dar continuidade à evolução positiva que se vem registando nos últimos anos, na implementação de um modelo de Banca de relações: assessoramento, qualidade de serviço, vinculação e fidelização de Clientes.

No quadro que se segue, sintetizam-se as performances obtidas em 2004 nos indicadores Crescimento do Volume de Negócios, Nº Médio de Produtos por Cliente e Rácio de Mora (crédito vencido à mais de 90 dias), bem como a visão evolutiva face aos 2 exercícios anteriores.

Quadro:

Banca de Empresas	2002	2003	2004
Crescimento do Vol.Negócios	11,40%	14,50%	16,20%
Nº Médio de produtos por Cliente	3,07	3,39	3,58
Rácio de Mora	1,91%	1,17%	0,67%

Outro factor de particular destaque no segmento de Empresas em Banca Comercial foram os resultados alcançados no produto Leasing, no seguimento da aposta de crescimento desta componente de negócio, a qual vem registando uma franca e sustentada evolução.

A par da óptima trajectória registada na vertente mobiliária, também o negócio imobiliário revelou um bom comportamento, o que resultou num crescimento de 16% em número total de operações e de 20% em volume de negócios, relativamente ao ano anterior.

Pela sua relevância na estratégia definida para o segmento de Empresas no Plano Director iniciado em 2003, destacam-se ainda algumas das acções e medidas implementadas em 2004, cujo desenvolvimento vem proporcionar níveis superiores de eficiência de gestão e novas oportunidades de negócio:

- *Abertura de Novas Agências*

Procurando dotar a unidade de Banca de Empresas dos meios e condições para uma maior abrangência na abordagem ao seu segmento de mercado, procedeu-se à abertura de 2 novas Agências de Empresas, situadas na Grande Lisboa e Grande Porto (Rebelva e Matosinhos), com as quais se pretendeu reforçar a presença do BBVA em mercados de clara concentração empresarial. Os resultados obtidos por estas 2 novas unidades no seu 1º ano de actividade vêm confirmar o acerto da estratégia que presidiu à decisão destas aberturas;

- *Realocação de Clientes de Banca de Retalho para Banca de Empresas*

Como previsto, foi igualmente efectuado no início de 2004 um processo de realocação de Empresas Clientes das unidades de Banca de Retalho para as de Banca de Empresas, potenciando uma gestão mais eficiente e especializada neste segmento de Clientes e, por essa via, favorecendo o incremento do nível de relacionamento comercial;

- *Comercialização de Seguros para Empresas*

No âmbito do protocolo de Bancassurance celebrado com a Mapfre Seguros Gerais, S.A., o BBVA passou a disponibilizar aos seus Clientes uma gama de Seguros para Empresas que vêm completar a oferta de soluções de valor dirigidas ao segmento. Neste primeiro ano de actividade, um dos principais objectivos consistiu na familiarização da força de vendas com a realidade dos seguros a comercializar, objectivo alcançado com o contributo de diversas acções de formação e com a experiência de comercialização ocorrida ao longo de 2004;

- *Convénios de Colaboração Financeira*

Reforçando o trabalho já iniciado em 2003, foi dada continuidade à celebração de Convénios de Colaboração Financeira, consubstanciados em acordos com prestigiadas marcas, nomeadamente “Master Franchise” presentes no mercado português, disponibilizando condições preferenciais de acesso a linhas de financiamento que respondem de modo eficaz às necessidades específicas dos franquizados, quer no apoio aos investimentos de abertura de novas unidades, como aos investimentos na substituição de equipamentos.

Esta linha de actuação, continua a revelar-se um importante meio de acesso ao segmento de comércio ao proporcionar a angariação de novos Clientes e de novas oportunidades de negócio.

Prescritores

Com início de actividade no segundo semestre de 2003, esta unidade tem como função principal captar e canalizar clientes de valor através de protocolos de colaboração com Mediadores Imobiliários e, também, com Promotores. Da sua actuação de 2004 destacam-se:

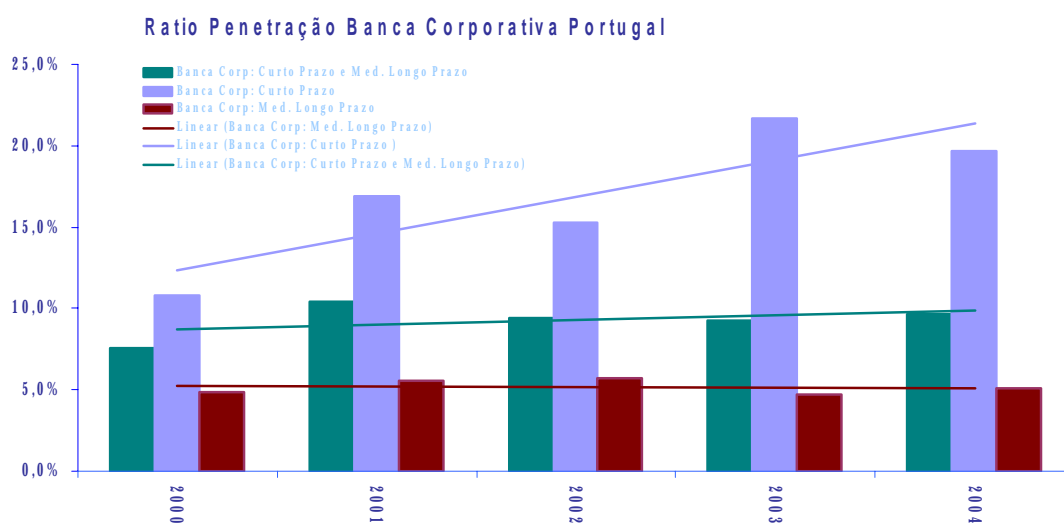
- a realização de 234 protocolos efectuados com Mediadores Imobiliários;
- a concretização de operações com 153 Promotores.

6.2 Banca Corporativa Global

O objectivo da área consiste em oferecer um serviço global aos seus clientes: Grupos Nacionais e Multinacionais com volume de negócio superior a 100 milhões euros. A Banca Corporativa Global segue um modelo de negócio de plena relação, segundo o qual cada cliente/grupo é associado a um director de relação global, responsável da relação a nível mundial, cuja missão é atender às necessidades do cliente com altos níveis de qualidade de serviço, apoiado por equipas de especialistas de produto.

A Banca Corporativa Portugal tem desenvolvido todos os produtos necessários, para assegurar às multinacionais com presença no país, a total cobertura da suas necessidades.

O rácio de penetração no mercado português, segundo a central de riscos do Banco de Portugal, evoluiu favoravelmente nos últimos anos. O crescimento evidenciado no gráfico seguinte, justifica-se pelo maior peso e confiança do BBVA nos principais sectores de actividade nacionais.



Fonte: Mês de Dezembro da Central de Riscos Banco Portugal

Destaca-se em 2004, a criação de um novo canal de comunicação com Clientes denominado Comunica. Este canal via “email” (comunica@bbva.pt) tem funcionado como um “help desk” especializado da Banca Corporativa, focalizando-se em melhorias de informação, explicações detalhadas de movimentos e resposta a incidências. Este canal tem como principal missão a resposta qualitativa a qualquer solicitação de um cliente em menos de 24 horas. Desde 1 de Julho de 2004, o comunica respondeu a 3.580 “emails”, respeitando sempre a sua missão de não demorar mais de 24 horas na sua resposta. Esta estratégia fidelizou clientes, nos quais existiu claramente uma melhoria percebida de qualidade de serviço. Os Clientes que já utilizaram o comunica ascendem a 382.

A qualidade geral de serviço sentida pelos clientes desta área tem sido medida através da “Voz do Cliente” inquérito que foi implementado no ano de 2003. No primeiro ano de análise numa escala de 0 a 10, o resultado da Banca Corporativa Portugal foi de 7,0. No ano de 2004 este mesmo inquérito, em bases totalmente comparáveis, passou para 7,9. A melhoria interna de qualidade implementada com a criação da Unidade de Gestão Comercial foi reconhecida pelos clientes e o objectivo da área é que esta melhoria seja constante.

Na actividade de 2004 destaca-se o forte crescimento, de 46%, dos recursos geridos de clientes, evidenciando o aumento de liquidez existente nas grandes empresas portuguesas associado à redução de projectos de investimento. Apesar do referido contexto desfavorável de redução do investimento, o crédito a grandes empresas cresceu 5% em 2004.

Os produtos de Factoring, Confirming e Cash Management, bem como as actividades de Global Trade Finance, evoluíram favoravelmente, adaptando os produtos às necessidades dos cliente e alargando o respectivo leque por cliente.

O departamento de Investment Banking consolidou a sua posição na liderança de programas de papel comercial apoiados na nova legislação. As actividades de Project Finance e Merger & Aquisition estiveram limitadas à evolução do sector. Destacamos, entre as operações realizadas em 2004:

Assessoria Financeira:

Novis Telecom (Assessoria)

ADVISER

Cofina (2ª fase da reprivatização da Portucel)
(Fev. 2004)

ADVISER

Programas de Emissões de Papel Comercial:

SONAE, SGPS S.A.: Eur 350.000.000 - **DEALER** (Ag. 2004)

Portugal Telecom, S.A: Eur 200.000.000 - **LÍDER** (Out. 2004)

REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A.: Eur 50.000.000 – **LÍDER** (Dez. 2004)

Empréstimos Obrigacionistas:

Modelo Continente /2004 – 1ª Emissão: Eur 100.000.000 - **CO-LÍDER** (Março 2004)

Empréstimos Sindicados:

Optimus Telecomunicações, S.A: Eur 450.000.000 - **ARRANGER** (Jul 2004)

EDP- Energias de Portugal, S.A.: Eur 1.300.000.000 - **ARRANGER** (Jul. 2004)
e EDP Finance B.V.

EGREP, EPE :Eur 210.000.000 - **CO- MANAGER** (Jul 2004)
Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos

OMEGA PHARMA NV: Eur 230.000.000 - **CO- ARRANGER** (Jul. 2004)

EDP- Energias de Portugal, S.A.: Eur 1.350.000.000 - **MANDATED LEAD ARRANGER**
e EDP Finance B.V. (Dez. 2004)

6.3 Mercados

O desenvolvimento do negócio de Mercados Globais e Distribuição em Portugal assenta em termos estratégicos numa oferta diferenciadora que se traduz essencialmente numa combinação entre capacidades de produto (*pricing*, volumes e sofisticação) conjugada com uma grande proximidade com os clientes que permita um enfoque em soluções de valor acrescentado.

O BBVA Portugal continuou em 2004 a afirmar-se como entidade de referência em derivados de acções seja na oferta de soluções para empresas seja para investidores institucionais, afirmando-se como uma das principais contrapartes em produtos estruturados para as redes dos diversos bancos presentes em Portugal.

Em 2004 o Banco reforçou o seu posicionamento na oferta de soluções de gestão de risco de taxa de juro e cambial . Este enfoque foi iniciado em 2004 para o conjunto das maiores empresas presentes em Portugal, estando previsto em 2005 o alargamento desta estratégia a um âmbito mais vasto do tecido empresarial português.

A actividade de produtos de dívida registou também um crescimento significativo e com uma gama muito alargada de produtos, mantendo uma presença relevante quer em operações de papel comercial e obrigações *plain vanilla* quer em produtos estruturados de crédito, derivados de crédito e operações de securitização.

Do conjunto da actividade desenvolvida pela área de Mercados em Portugal merece particular destaque as operações realizadas em produtos estruturados com base em subjacentes de investimento alternativo, tendo-se atingido uma posição de liderança num negócio com excelentes perspectivas de crescimento.

6.4 Banca Institucional

A Banca Institucional é a área que se dedica a atender de forma especializada o segmento de mercado do Sector Público Estatal, Organismos Públicos e Privados, Seguradoras, Corretoras, Associações, ONG's, Empresas Municipais, Fundações, i.e., todas as Entidades que por natureza não possam ser classificadas como Empresas ou como Particulares, por especificidade da sua actividade própria.

Num cenário particularmente adverso para este tipo de mercado, pela instabilidade política e pelas restrições à concessão de crédito definidas pela Lei das Finanças Locais, o exercício de 2004 pautou-se por resultados francamente positivos com o volume de crédito a crescer 28% face ao ano anterior e com um crescimento de 21,3% nas comissões obtidas.

De realçar o posicionamento privilegiado enquanto principal banco da Região Autónoma da Madeira, e principal banco de três das Seguradoras não ligadas ao sector bancário. Igualmente prestigiante foi a nomeação este ano do BBVA Portugal como Banco Tesoureiro da EUROCONTROLE.

Salienta-se o trabalho desenvolvido ao longo de 2004 no que concerne à preparação do futuro acessoramento do sector público nas cobranças dos impostos municipais por parte da Câmaras e Regiões Autónomas e na elaboração de instrumentos financeiros inovadores utilizando produtos de *factoring* e de *confirming*.

Para 2005 pretende-se incrementar a capacidade de penetração no sector segurador e prosseguir o esforço de disponibilização de produtos estruturados e derivados, proporcionando uma oferta diversificada e adequada às exigências crescentes deste tipo de clientes.

6.5 Banca Hipotecária

A Área de Banca Hipotecária, criada no início do primeiro semestre de 2003, tem como objectivos fundamentais a gestão global das empresas promotoras imobiliárias e a

promoção de crescimento rentável e sustentado da base de clientes do Banco, contribuindo para o incremento das operações de financiamento destinadas quer a empresas, através do financiamento de empreendimentos imobiliários, quer a particulares, neste caso mediante o financiamento para aquisição da habitação.

Como unidade especializada, a Banca Hipotecária foi criada com o objectivo de transformar o BBVA numa entidade de referência líder no mercado imobiliário. No seu primeiro ano completo de funcionamento, 2004, e apesar da crise que atravessa o mercado imobiliário e da construção de edifícios em Portugal, a unidade já atingiu uma quota de mercado no financiamento à construção do 2,4 % sobre o número de fogos iniciados.

No segundo ano de actividade formalizaram-se operações num montante de 360 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 170% face às operações formalizadas no ano anterior. É igualmente expressivo o número de fogos licenciados, que passou de 761 em 2003 para 1920 em 2004.

Para 2005 está prevista a abertura de novos centros de promotores e pretende-se, igualmente, duplicar a quota de mercado.

6.6 BBVA Patrimónios

Esta unidade é especialmente dirigida a grupos ou clientes de elevado património, disponibilizando um serviço totalmente diferenciado e personalizado, passando de uma gestão por produtos para um serviço inovador baseado totalmente no cliente.

O novo conceito da gestão na banca privada assenta em três características diferenciadoras:

- Soluções personalizadas, onde cada especialista da BBVA Patrimónios gere um número restrito de clientes;
- Exclusividade de serviço, já que se dirige a clientes de elevados patrimónios;
- Focalização global do património, com um desenho de produtos próprios adaptados às necessidades específicas do cliente.

Prosseguindo a estratégia de disponibilizar serviços diferenciados e inovadores dirigidos a grupos ou clientes de elevado património, a **Gestão de Patrimónios** lançou novas soluções de investimento de entre as quais se destaca o “**HedgeCap**”, um produto de capital garantido sobre um cabaz de três “Hedge Funds” multi-estratégia e multigestor, que alcançou um sucesso assinalável beneficiando de vantagens únicas face aos produtos concorrentes, já que disponibiliza uma liquidez diária e uma participação superior na rentabilidade do activo subjacente.

Apresentou-se igualmente o “track-record” das **Estratégias “ Todo Terreno”**, lançadas há dois anos e baseadas nos princípios de retorno absoluto e prioridade na protecção do

património. Os resultados das carteiras modelo estabelecidas mais que duplicaram o “benchmark” seleccionado (euribor a 1 ano).

Como consequência do reconhecido mérito das soluções apresentadas a particulares com elevado património, o volume global de gestão de activos apresentou uma evolução positiva, superando os 320 milhões de euros de volume gerido.

6.7 Recursos Humanos

Durante o ano de 2004, consolidou-se a estratégia de valorização de Recursos Humanos, que se traduziu na concretização dos objectivos propostos pela Experiência BBVA, onde as Pessoas desempenham o papel central, bem como a sua valorização pessoal e profissional.

Com o objectivo de potenciar o Modelo de Gestão por Competências, facilitando o seu acesso aos colaboradores, procedeu-se à integração do mesmo num ambiente Web o que significou uma evolução substancial no desenvolvimento desta ferramenta.

O BBVA Portugal continuou o seu forte investimento na formação dos seus Colaboradores, procurando desenvolver continuamente as suas capacidades de argumentação financeira.

Assim, e dentro da política de definição do novo conceito de Gestão de Clientes – Assessoria Financeira -, deu-se início a um ambicioso Plano de Formação, tendo como destinatários privilegiados os colectivos de Gerentes e Assessores Financeiros.

Esta formação abrangeu duas temáticas dominantes: Técnicas de Venda e Fundos de Investimento. A formação em Técnicas de Venda, mais do que uma mera exposição teórica, constituiu-se como um fórum de troca de ideias e experiências, tendo proporcionado uma actividade enriquecedora a todos os participantes. Inserida no Projecto Fundos, a formação em Fundos de Investimento procurou cimentar os conhecimentos dos participantes com o objectivo de permitir às nossas equipas de vendas a oferta de um serviço mais especializado.

Também em 2004, teve início o projecto Voz do Cliente, uma preciosa ferramenta de medição da satisfação do Cliente Interno, que permitiu a cada Área obter uma percepção mais real e exacta da qualidade dos seus serviços. Esta primeira acção contou com a participação de 24 Áreas e obteve uma adesão extraordinária por parte dos inquiridos de aproximadamente 82%. Pretende-se que este projecto tenha periodicidade anual ajudando assim a que sejam detectadas continuamente oportunidades de melhoria.

7. Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

▪ Consolidação Integral

BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	3.720.330 euros
Situação Líquida	3.257.956 euros
Capital Social	1.000.000 euros
Resultado Líquido	1.306.768 euros
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	(euros)
BBVA Cash	214.677.964
BBVA Liquidez	89.843.707
BBVA Bolsa Euro	8.397.023
BBVA Taxa Fixa Euro	7.377.187
BBVA PPA	3.075.830
BBVA Mixto 25	8.088.301
BBVA Multifundo Equilibrado	3.778.710
BBVA Taxa Variável	39.574.702
Fundo Garantido Extra 5 BBVA	50.377.134
Fundo Capital Garantido IBEX BBVA	23.461.577
Fundo Capital Garantido IBEX BBVAII	10.026.368
BBVA Imobiliário - FEI	62.710.761
BBVA Multifundo Alternativo - FEI	7.881.674

Em 2004, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram € 529 milhões de euros o que corresponde a um crescimento de 19,9% face a Dezembro de 2003 e que compara muito favoravelmente com o crescimento total da Indústria de FIM, que foi de 6,82%.

A quota de mercado da BBVA GEST, em 31/12/04, representava 2,17%, a qual compara favoravelmente com uma quota de 1,93% do final de 2003.

A BBVA GEST, nos últimos anos, tem vindo a reforçar a sua posição na Indústria de Fundos de Investimento em Portugal, representando 2004 claramente um ano de crescimento e de consolidação da estratégia levada a cabo pelo Grupo BBVA em termos de oferta de soluções de investimento e de poupança inovadoras e diferenciadoras que acrescentem valor aos seus clientes, estratégia esta apoiada em quatro vectores fundamentais: Inovação; Valor Acrescentado; Diferenciação; Transparência.

O desenvolvimento destes quatro vectores basilares, permitiram que a BBVA GEST ao longo do ano se tenha posicionado como uma gestora agressiva em termos da oferta de novos produtos inovadores e de valor acrescentado, estratégia essa consubstanciada no forte aumento de quota de mercado que alcançou relativamente ao ano anterior.

Destacam-se, como linhas de acção desenvolvidas e implementadas pela gestora, as seguintes:

- Lançamento de novos produtos aproveitando as alterações normativas resultantes do novo Dec. Lei de Fundos de Investimento Mobiliário com a convicção de que deste modo, contribui decisivamente para fomentar a Indústria de Fundos em Portugal:
 - BBVA Imobiliário – FEI: primeiro Fundo Especial de Investimento em Portugal que investe exclusivamente em unidades de participação de fundos especializados em activos do mercado imobiliário estrangeiro (maioritariamente europeu).
 - BBVA Multifundo Alternativo – FEI: fundo que investe em unidades de participação de fundos que utilizam métodos de gestão alternativa, vulgarmente conhecidos como “Hedge Funds”. Como factor diferenciador deste Fundo, destaca-se a possibilidade de liquidez diária, ou seja, permite efectuar resgates, dado que os fundos que compõem a sua carteira têm também liquidez diária.
- Prosseguiu com a sua estratégia de lançamento de fundos abertos de capital garantido, categoria que tinha inaugurado no ano de 2003, com o lançamento do Fundo Garantido Extra 5 BBVA, dando, assim, continuidade à colocação de produtos de valor acrescentado para os clientes. De facto, os fundos capital garantido são, uma das linhas de produto que verificam maior sucesso junto do investidor / aforrador pelo facto de estes lhes reconhecerem a maximização de satisfação das suas necessidades quanto a garantia de capital e maximização da rentabilidade. Neste sentido, colocou à disposição dos seus clientes:
 - Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA e Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II: garantia do capital investido na maturidade dos Fundos, garantia de uma rentabilidade mínima e possibilidade de maximização dessa rentabilidade, verificando-se determinadas condições de mercado relativamente ao índice de referência IBEX 35.
- Implementou, para alguns dos seus Fundos, uma política de comissionamento de gestão e de depósito variável e que incide apenas quando o Fundo obtém rentabilidades positivas.
- Efectuou a revisão do seu Sistema de Gestão da Qualidade, procedendo à alteração e adaptação dos procedimentos integrantes do mesmo, assegurando desta forma que o sistema se mantém apropriado, adequado e eficaz quanto à estratégia levada a cabo pela gestora e responde às necessidades do cliente visando a sua satisfação através da aplicação eficaz do mesmo, melhorando continuamente o Sistema de Gestão da Qualidade garantindo a conformidade com os requisitos do cliente e regulamentares aplicáveis.

Para 2005, a BBVA GEST manterá o seu posicionamento orientando a sua actividade para o cliente maximizando a sua satisfação, procurando continuar a contribuir para o desenvolvimento e incremento da Indústria de Fundos em Portugal.

BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	98.354.527 euros
Situação Líquida	9.644.993 euros
Capital Social	7.500.000 euros
Resultado Líquido	845.154 euros
Participação do BBVA	100%

A BBVA Leasimo, responsável pelas operações de locação financeira originadas pela rede de balcões do BBVA Portugal, articula a sua actividade com as restantes empresas do grupo, apoiando-se na sua rede de distribuição e incluindo os seus serviços no conjunto de soluções diferenciadas e flexíveis que o grupo disponibiliza junto dos seus clientes.

A recuperação, ainda que ténue, do investimento, conjugada com uma política comercial mais agressiva, permitiu à BBVA Leasimo concretizar 657 novos contratos, 581 de leasing mobiliário, no valor de 26.971 milhares de euros e 76 de leasing imobiliário, no valor de 16.419 milhares de euros, o que traduz um crescimento de 20,5% face ao ano anterior, em termos de valor, e 19,2% se considerarmos o número de novas operações.

De salientar o excelente comportamento da vertente mobiliária, com um crescimento de 25% no valor dos novos contratos, quando comparado com o ano anterior. No total do financiamento assistiu-se a um reforço da componente mobiliária, que passou a representar 43%, valor que compara com 38% em 2003.

O Resultado Líquido do exercício foi de € 845.154 o que compara com € 726.116 do ano anterior, representando um acréscimo de 16,4%.

BBVA Instituição Financeira de Crédito, S.A.

O exercício de 2004 representou o ano de consolidação das profundas alterações operadas em 2003, quando se criou a BBVA Instituição Financeira de Crédito, consubstanciadas na redefinição do posicionamento estratégico, no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel.

Activo Líquido	198.237.456 euros
Situação Líquida	16.801.159 euros
Capital Social	21.903.045 euros
Resultado Líquido	663.669 euros
Participação do BBVA	50,10%

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multimarca foram assumidos como prioridades estratégicas para 2004.

O enquadramento competitivo em que se desenvolveu esta actividade caracterizou-se pelo ligeiro crescimento da procura interna, traduzido por crescimento de 3,7% nas vendas dos veículos ligeiros, pela concorrência agressiva no que respeita ao “pricing” e pelo aumento do risco de crédito e maiores níveis de endividamento das famílias dada a envolvente macro económica.

A estratégia comercial em 2004, teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens, e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta no desenvolvimento de ofertas mais adequadas :

- Importadores/Distribuidores
- Concessionários Stands
- Clientes Finais

A tendência do sector de distribuição automóvel aponta para uma crescente abordagem da multimarca do mercado, sendo assim é natural que a sociedade desenvolvesse as suas competências comerciais e operacionais nesse sentido, com especial destaque para o financiamento de viaturas novas e semi-novas, para o qual foi desenvolvida uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio. Neste domínio salienta-se os esforços que têm sido feitos no desenvolvimento de plataforma de subscrição de negócio via telefone e Internet.

A oferta de produtos de financiamento ao Cliente baseou-se nas três modalidades disponíveis no mercado – Crédito, Leasing e A.L.D - complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos líquidos da sociedade totalizavam 198 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 24% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 17 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca 6%.

A nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 127 milhões de euros, tendo sido realizados 6.971 novos contratos.

O crédito concedido sob gestão ascendeu a 188 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 3%, o que representou um decréscimo de cerca de 6,5% face ao ano de 2003. Salienta-se o facto do rácio de cobertura se situar num patamar bastante confortável de cerca de 104,39%, resultado do esforço de provisionamento que ascendeu a 1,3 milhões de euros.

A margem financeira cresceu 1,2%, resultado do crescimento da carteira sob gestão bem como do esforço comercial da sustentação das taxas de juro junto do cliente final.

O rácio de eficiência situou-se em cerca de 69% e o resultado líquido ascendeu a €663.669, que compara com um resultado negativo de € 4.789.485 em 2003.

Consolidação Por Equivalência Patrimonial

BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, designadamente a área de empresas e a de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

Activo Líquido	2.513.219 euros
Situação Líquida	2.418.890 euros
Capital Social	1.000.000 euros
Resultado Líquido	840.744 euros
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
---------------------------	----------------

Fundos BBVA	103.943
Fundo Pensões CLP	73.177
BBVA PPR/E	41.699
BBVA Solidez PPR/E	11.363
CVI PPR/E	1.562
BBVA PME's	1.149

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 233 milhões de Euros, evidenciando assim um crescimento anual de 8%. De acordo com os dados provisórios divulgados pela entidade de supervisão do sector, Instituto de Seguros de Portugal, o mercado registou em 2004 um decréscimo global de 0,5%, o que sucede pela primeira vez na história destes instrumentos de poupança desde a sua criação em meados de 1987.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve a 10ª posição em termos de quota de mercado, no universo de 27 entidades gestoras de fundos de pensões a operar no mercado português, sendo a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

A quota de mercado da BBVA Fundos é actualmente de 1.45%, o que representa em relação ao passado ano de 2003 um crescimento de 11 pontos básicos.

As rentabilidades médias ponderadas dos fundos geridos pela BBVA Fundos centraram-se para 2004 em 7,2%, valor este acima da mediana da amostra do serviço de medição de performance de Fundos de Pensões Portugueses SEMP conduzido pela Watson Wyatt. Estes resultados são tanto mais positivos quanto se observa que o perfil de risco assumido pela sociedade nos últimos anos se mostra consideravelmente baixo em termos comparativos com o mercado, fruto das suas opções estratégicas nestas matérias. Os mesmos resultados de mercado são sugeridos pelo serviço de medição de performance

conduzido pela Mercer Investment Consulting, que aponta uma mediana de mercado 2004 para 5.7%.

O ano de 2004 foi marcado pelo anúncio da abolição de benefícios fiscais na subscrição para os produtos PPR, tomando efeito em Janeiro de 2005 o que, tendo sido anunciado no final de 2004, terá gerado alguma indecisão aos subscritores destes produtos. No que se refere à actividade da BBVA Fundos, verificou-se contudo um comportamento favorável do saldo líquido de produção (subscrições - reembolsos), o qual evoluiu positivamente durante 2004 crescendo 17% relativamente ao ano transacto.

Em 2005 a BBVA Fundos tem como objectivo relançar a sua linha de produtos através do início de actividade de novos fundos, preparados e aprovados durante o ano. Os objectivos para 2005 são ambiciosos em termos de crescimento e sustentam-se numa estratégia comercial agressiva no segmento de retalho, assente no lançamento de produtos inovadores, de elevado valor acrescentado.

8. Análise Económico-Financeira do Grupo

Dando cumprimento ao disposto no Decreto Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e de acordo com as instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal, procedemos à consolidação de contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

Introdução- Condicionantes da actividade

A actividade das instituições financeiras em Portugal foi condicionada por uma economia interna que, embora permanecendo sujeita à necessidade de recuperação dos desequilíbrios macroeconómicos existentes, apresentou uma recuperação moderada.

É neste contexto que se verificou uma ligeira tendência de aceleração do crédito interno, que, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao crescimento anual do crédito ao sector não monetário exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 6,5% em Dezembro, valor que compara com 6,2% em Dezembro de 2003, reflectindo a evolução pouco dinâmica da actividade

económica. O crédito às sociedades não financeiras, apesar destas beneficiarem de balanços mais saneados e de retoma de projectos de investimento, teve uma evolução no último mês de 2004 praticamente idêntica à observada em Dezembro de 2003 (2,5% face a 2,7%). O crédito concedido a particulares, depois de apresentar uma expansão consistente até finais do terceiro trimestre, derivada de alguma recuperação dos níveis de confiança e apoiada por baixas taxas de juro, apresentou nos últimos meses do ano alguma tendência de estagnação, reflectindo quebras no nível de expectativas dos consumidores. Face a um crescimento de 9,6% em 2003 o crédito a particulares registou, em Dezembro de 2004, uma variação de 9,2%, valor que inclui um crescimento de 10,5% nos empréstimos para habitação.

A captação de recursos de clientes que, em Dezembro de 2004, apresentou um crescimento, em termos homólogos, de 4,1%, registou um acréscimo face à evolução de 3,4% de 2003. Este acréscimo verifica-se apesar da concorrência de produtos de desintermediação financeira mais atractivos em termos de rentabilidade, de que são exemplo os fundos de investimento e os produtos estruturados.

Os mercados financeiros continuaram a evoluir positivamente em 2004, em consonância com o maior dinamismo da economia mundial, contribuindo para uma maior rentabilidade do sector bancário através da evolução significativa das comissões. A menor necessidade de constituição de provisões e as continuadas políticas de controle de custos, contribuíram igualmente para um acréscimo da rentabilidade da banca. Em contrapartida, prossegue o efeito negativo das baixas taxas de juro sobre a margem financeira, que o crescimento em volume do crédito concedido não conseguiu compensar. Apesar do ambiente de crescente concorrência a Banca não tem descurado uma rigorosa política de análise de risco. O rácio de cobrança duvidosa para empresas e particulares, atingiu, segundo dados do Banco de Portugal, 2% em Dezembro de 2004, permanecendo em níveis historicamente baixos.

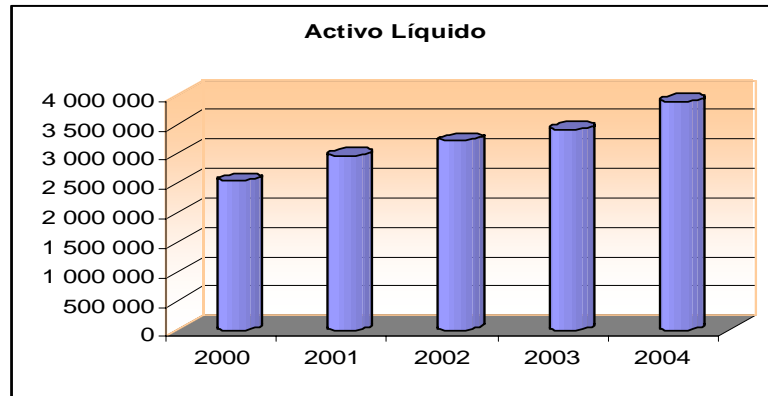
É neste contexto de elevada exigência que as prioridades estratégicas definidas pela implementação do Plano Director (2003/2005) do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), permitiram um crescimento selectivo da base de negócio, orientado para o segmento de clientes de maior valor, disponibilizando produtos inovadores personalizados e competitivos. A consistência da estratégia prosseguida permitiu ganhos de quota de mercado em segmentos prioritários de negócio, de que são exemplo o crédito à habitação e a gestão de fundos de investimento, mantendo critérios de acurada e prudente gestão de risco e de adequada rentabilidade.

Actividade

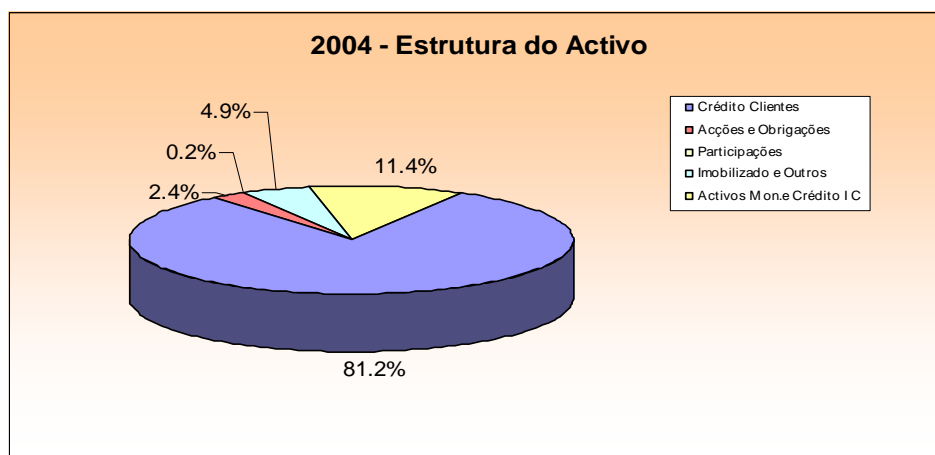
Activo

O acréscimo de actividade traduziu a prossecução da estratégia de crescimento orgânico centrada na disponibilização de soluções diversificadas e inovadoras. O Activo Líquido

no final de 2004 ascendeu a 3.882 milhões de euro, o que traduz um acréscimo de 13,9% face ano anterior.



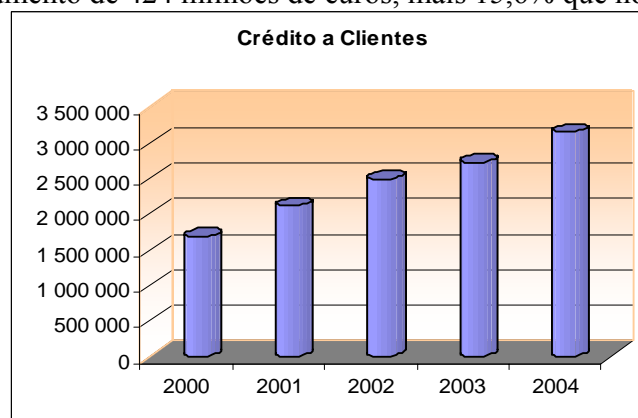
Se analisarmos a estrutura do Activo é notório o contributo da Carteira de Crédito, que representa mais de 81%, valor superior em 1,2% face ao do ano transacto. A componente activos monetários e crédito sobre instituições de crédito, com um peso relativo de 11,4%, permanece praticamente inalterada.



Mantêm-se a carteira e a actividade de trading, que permitiu um crescimento de cerca de 6% nesta rubrica, pese embora o seu peso diminuto em termos de estrutura, 2,4%.

Crédito a Clientes

O saldo total do crédito concedido registou um valor de 3.151 milhões de euros, o que representa um aumento de 424 milhões de euros, mais 15,6% que no ano transacto.



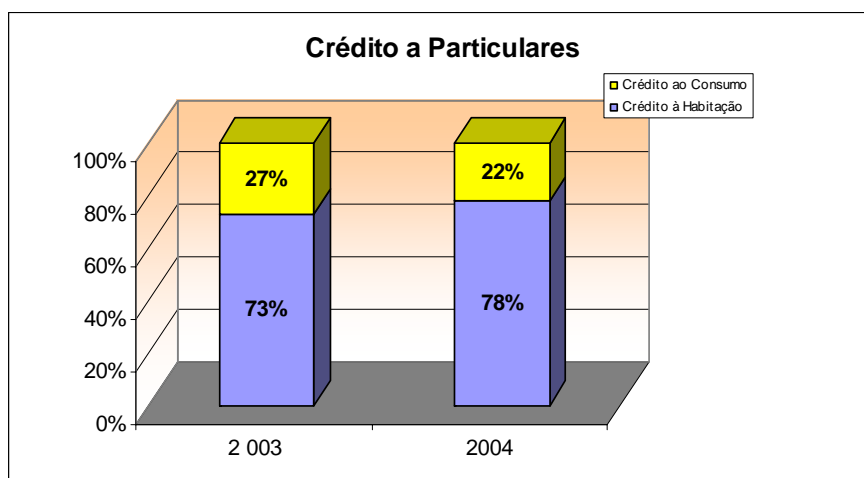
Permanecendo os critérios de selectividade e rigor na política de crédito ao consumo, o enfoque prioritário no segmento de Crédito à Habitação, que evoluiu a um ritmo superior a 30%, foi determinante para este crescimento.

De salientar que esta evolução compara com um crescimento anual estimado pelo Banco de Portugal, de 10,5% no mercado hipotecário (valores corrigidos de titularização), taxa de crescimento inferior à observada no ano anterior.

No que respeita à repartição por segmentos, é uma vez mais notória a ênfase atribuída ao segmento do crédito à habitação, que ascendeu, no âmbito dos clientes particulares, a 967 milhões de euros em 2004, embora a evolução do crédito a empresas, com um crescimento de 10,2%, seja igualmente de referenciar.

Unidade: milhares de euros					Variação	
Crédito por segmentos	2004	%	2003	%	% 04/03	
Crédito a Empresas	1.846.961	58,21	1.675.742	60,62	10,22	
Crédito a Particulares	1.243.560	39,20	1.015.531	36,74	22,45	
• Crédito Habitação	966.943	30,48	739.132	26,74	30,82	
• Outro Crédito a Particulares	276.617	8,72	276.399	10,00	0,08	
Outros Créditos	82.217	2,59	72.930	2,64	12,73	
Total do Crédito (bruto)	3.172.738	100,00	2.764.203	100,00	14,78	

O Crédito concedido a particulares atingia os 1.244 milhões de euros em Dezembro de 2004, registando uma taxa de crescimento anual de 22,5%. A componente mais dinâmica deste crescimento, reflectindo a prioridade definida pelo Plano Director, foi o Crédito à Habitação. O restante crédito a Particulares, mercê da política de selectividade prosseguida, manteve-se com valores praticamente idênticos ao do ano anterior, fixando-se em 277 milhões de euros em Dezembro de 2004.



A prossecução de uma política de criteriosa selectividade e controlo de risco, acompanhada de constante monitorização das operações de crédito efectuadas e de rigorosos e diligentes procedimentos de recuperações de crédito, permitiram baixar o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, de 1,35% em 2003 para 0,90% em 2004. O crédito vencido cifrou-se assim em 28.483 milhares de euros em Dezembro de 2004, valor que compara com 37.420 milhares de euros em idêntico período do ano anterior. A prudência face à cobertura de riscos conduziu a um reforço na cobertura de crédito vencido por provisões. Assim, o grau de cobertura de crédito em incumprimento evoluiu de 133% no ano de 2003 para 156% em Dezembro de 2004.

Unidade: milhares de euros			Variação	
Crédito e juros vencidos	2004	2003	%	
Crédito e juros vencidos	28.483	37.420	-23,88	
Mais de 90 dias (a)	25.469	34.453	-26,08	
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	2.302	10.587	-78,26	
Crédito em incumprimento(a+b)	27.771	45.040	-38,34	
Crédito vencido/Crédito total	0,90%	1,35%		
Mais de 90 dias/Crédito total	0,80%	1,25%		
Crédito em incumprim./Créd. total	0,88%	1,63%		
Cobertura do crédito vencido	152,02%	160,11%		
Cobert. do crédito venc. há mais 90 d.	170,01%	173,90%		
Cobertura do crédito em incumprimen.	155,92%	133,02%		

Se analisarmos o crédito concedido por prazo de vencimento verificamos que 30% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até 3 meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de cerca de 40%. Apesar desta concentração, a evolução verificada em 2004 face ao ano anterior traduz uma redução significativa no crédito concedido no prazo mais curto e um aumento considerável no prazo até 1 ano.

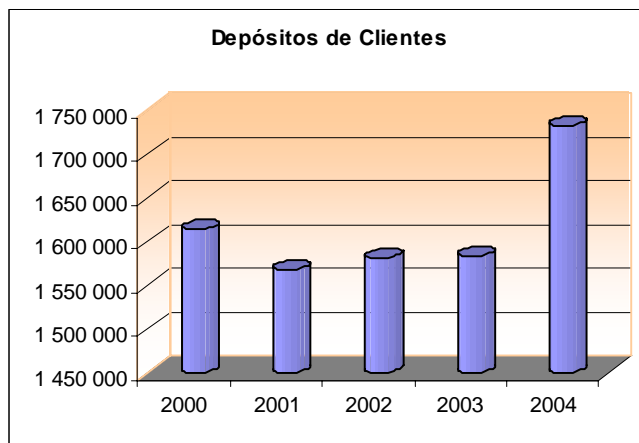
Unidade: milhares de euros			Variação		
Crédito por prazo vencimento	2004	%	2003	%	%
Até 3 meses	952.332	30,02	1.018.554	36,85	-6,50
De 3 meses a 1 ano	404.316	12,74	202.160	7,31	100,00
De 1 a 5 anos	531.380	16,75	388.101	14,04	36,92
Mais de 5 anos	1.256.227	39,59	1.117.967	40,45	12,37
Vencidos	28.483	0,90	37.420	1,35	-23,88
Total do Crédito (bruto)	3.172.738	100,00	2.764.202	100,00	14,78

Recursos de Clientes

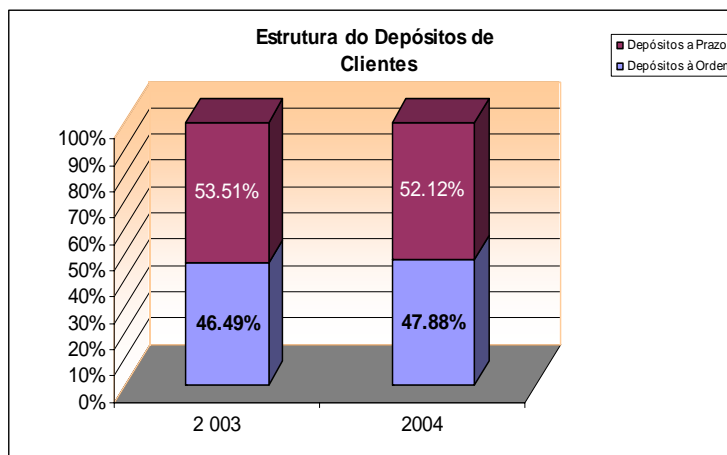
O comportamento dos Recursos de Clientes em 2004 foi globalmente muito positivo, aumentando de 2.458 milhões de euros em 2003 para 2.766 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, o que traduz um crescimento de 12,6%. Para esta evolução contribuiu de forma decisiva o desempenho dos recursos fora de balanço que evidenciaram um aumento de 18,3%. O acréscimo de 19,4% dos fundos de investimento mobiliário, que atingiram uma quota de mercado de 2.17%, e de 17,1% dos produtos de poupança a longo prazo e dos activos sob gestão discricionária, reflecte o excelente comportamento destas categorias de produtos.

Milhares de euros	2004	2003	%
Depósitos de Clientes	1.732.948	1.584.203	9,4
Fundos de Investimento	536.491	449.310	19,4
Outros Rec. fora de Balanço	496.609	424.042	17,1
Total de Recursos Geridos	2.766.048	2.457.555	12,6

A procura permanente de novas soluções de aplicação de poupanças, que aliassem a criatividade com a segurança e a rentabilidade, traduziram-se assinalável dinamismo dos Depósitos de Clientes que cresceram 9,4%.

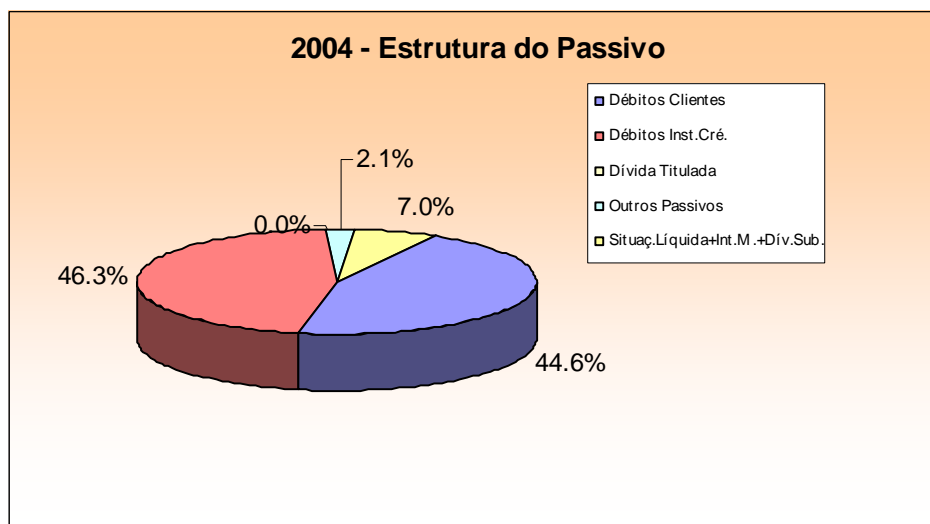


Relativamente à estrutura de captação de recursos, verifica-se uma ligeira tendência para o aumento do peso dos Depósitos à Ordem, que registaram um crescimento de 12,7%, passando a representar cerca de 47,9% dos Depósitos. Os Depósitos a Prazo, independentemente de se manterem como a componente mais importante dentro dos depósitos, apresentaram um crescimento, ainda assim expressivo, de 6,5%.



Em virtude do crescimento dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço (Depósitos e Débitos representados por Títulos) ter crescido a um ritmo inferior ao do Crédito, o rácio de transformação desses recursos passou de 172% em 2003 para 182% em 2004.

Analisando a estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 46,3% do total de recursos, seguidos pelos recursos provenientes de Depósitos de Clientes, que corresponderam a 44,6% do total. O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 99%.



Análise da Conta de Resultados

Em 2004, os resultados consolidados do BBVA Portugal situaram-se em 9.810 milhares de euros, o que representa um crescimento de 30% face ao montante registado no ano transacto. Comparativamente ao ano anterior, a conta de resultados apresenta globalmente uma evolução positiva - um aumento de 2,3 milhões de euros no Resultado Líquido.

Conta de Resultados	2004	2003	ABS	%
(+) Juros e Proveitos Equiparados	131 198	120 969	10 229	8.5%
(-) Juros e Custos Equiparados	73 886	63 636	10 250	16.1%
(=) Margem Financeira	57 312	57 333	-21	0.0%
(+)Outros Proveitos Correntes	80 974	78 187	2 787	3.6%
(-)Outros Custos Correntes	35 189	36 299	-1 110	-3.1%
(=) Produto Bancário	103 098	99 221	3 877	3.9%
(-)Custos Administrativos	71 443	69 386	2 057	3.0%
(=) Resultado Bruto de Exploração	31 655	29 835	1 820	6.1%
(+)Resultados Extraordinários	-8 624	-6 385	-2 239	35.1%
(+)Resultados Subs. Exc. Consolid.	841	479	362	75.5%
(=) Resultados Bruto Global	23 872	23 929	-57	-0.2%
(-)Amortizações do exercício	9 419	8 780	639	7.3%
(-)Provisões do Exercício	3 300	8 749	-5 449	-62.3%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	11 152	6 400	4 752	74.3%
(-)Provisões p/ impostos s/ lucros	1 011	1 237	-226	-18.3%
(=) Resultado Líquido	10 141	5 163	4 978	96.4%
(-)Interesses Minoritários	331	-2 390	2 721	-113.8%
(=) Resultado Atribuível ao Banco	9 810	7 553	2 257	29.9%

Margem Financeira

O crescimento do volume de negócios permitiu uma evolução praticamente estável na Margem Financeira, que totalizou 57.312 milhares de euros, apesar de permanecerem os factores que condicionam negativamente a evolução do resultado financeiro, de que são exemplo o reduzido diferencial entre as taxas de juro activas e passivas, a concorrência acrescida na captação de recursos e a política de rigor seguida na concessão de crédito.

As comissões líquidas atingiram 28.395 milhares de euros, montante que traduz um crescimento de 11,7% face ao ano anterior. Este esforço de comissionamento é reflexo da melhoria dos serviços prestados e da diversidade e competitividade de soluções apresentadas.

Comissões

Unidade: milhares de euros	Variação				
	2004	%	2003	%	%
Comissões Líquidas					
De Operações de Crédito	5.798,7	20,4	4.522,0	17,8	28,2
De Garantias e Avais	2.475,4	8,7	1.298,5	5,1	90,6
De Cobrança e Pagamento	2.044,7	7,2	2.225,6	8,8	-8,1
De Gestão de Activos	8.679,7	30,6	7.435,6	29,2	16,7
Outras	9.396,8	33,1	9.941,2	39,1	-5,5
Total	28.395,3	100,0	25.422,9	100,0	11,7

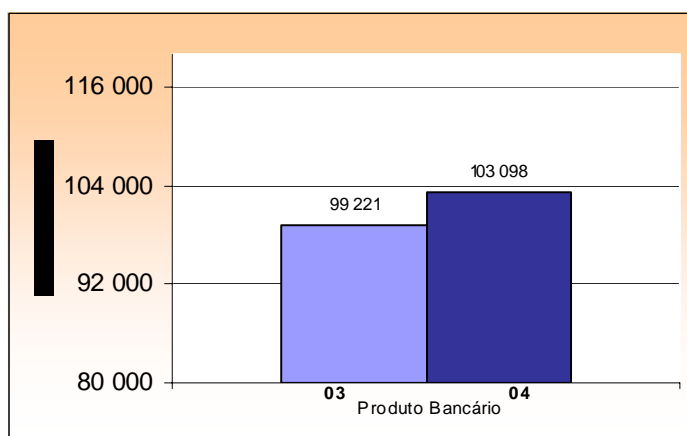
Ao analisar a composição das comissões verifica-se que uma das comissões mais representativas é a de Gestão de Activos, que detêm 30,6% do total das comissões e que apresenta um crescimento de 16,7%. Destacam-se igualmente as comissões de Operações de Crédito que contribuem com 20,4% para o montante total de comissionamento e que registaram um crescimento anual de 28,2%.

Os lucros em Operações Financeiras aumentaram 8,6%, tendo ascendido a 2.260 milhares de euros. O contributo dos ganhos em instrumentos de taxa de juro, no valor de 647 milhares de euros, foi decisivo para esta evolução

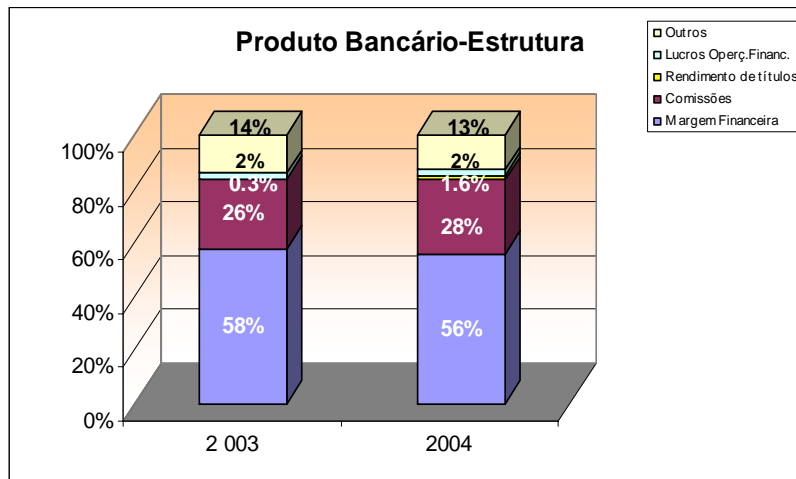
Unidade: milhares de euros	Variação				
	2004	%	2003	%	%
Lucros em Operações Financeiras					
Instrumentos de Taxas de Juro	647,0	28,6	17,3	0,8	3.639,9
Acções	1.459,7	64,6	3.068,7	147,4	-52,4
Ganhos Cambiais	844,6	37,4	920,9	44,3	-8,3
Outros	-691,8	-30,6	-1.925,5	-92,5	-64,1
Total	2.259,5	100,0	2.081,4	100,0	8,6

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 103.098 milhares de euros, valor que representa uma evolução positiva de 3,9% face a 2003.

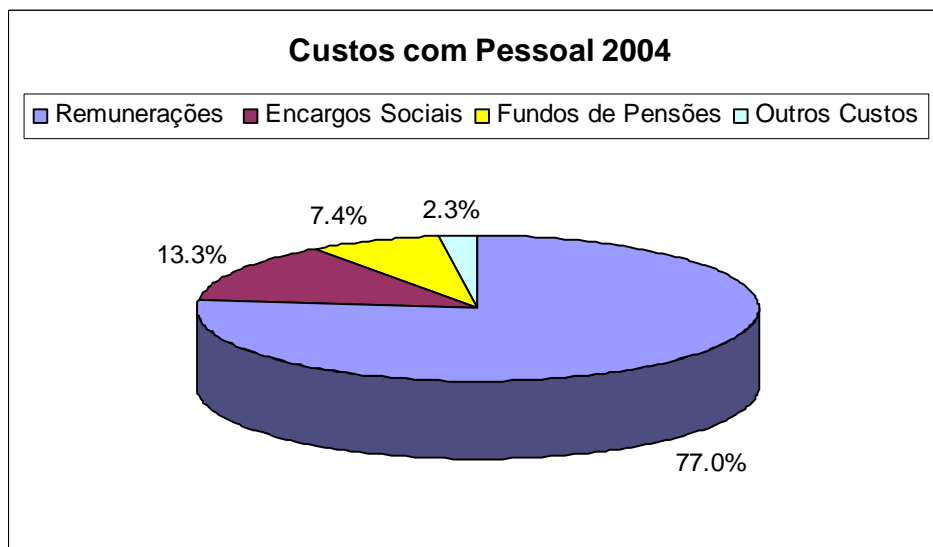


De entre os factores que contribuem para o Produto Bancário, destaca-se o maior peso da Margem Financeira estrita, apesar de um ligeiro decréscimo, das Comissões, que recuperaram em termos de peso relativo os 2% de queda do peso da margem financeira, e do Rendimento de Títulos que, não obstante ser a componente menos representativa foi a que apresentou a evolução mais notória..



Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura apresentaram um crescimento moderado de 3,4%, totalizando 80.862 milhões de euros. Prosseguindo o processo de racionalização e redimensionamento do quadro de funcionários, os custos com pessoal apresentaram uma trajetória ligeiramente ascendente com uma variação de 1,4%.



O Banco passou, neste exercício, a reconhecer a responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus empregados, tendo em consequência e de acordo com autorização concedida pelo Banco de Portugal, registado na rubrica de Resultados transitados um montante de 4.200 milhares de euros.

O aumento de 5,2% nos fornecimentos e serviços de terceiros, foi condicionado pelos encargos decorrentes da política de optimização da rede comercial e de reposicionamento do banco em Portugal, que conduziram ao encerramento de seis agências e à abertura de três novas agências, duas de empresas e uma de particulares.

Unidade: milhares de euros					Variação	
Outros Custos Administrativos	2004	%	2003	%	%	
Fornecimento de Terceiros	1.992,8	6,7	2.051,8	7,2	-2,9	
Rendas e Alugueres	2.890,1	9,7	2.809,6	9,9	2,9	
Comunicações e Desp.Expediç.	4.049,9	13,6	4.063,3	14,3	-0,3	
Desloc.Estrange. e Representaç.	1.615,4	5,4	1.710,6	6,0	-5,6	
Publicidade e Publicações	2.452,1	8,2	2.008,6	7,4	22,1	
Avenças e Honorários	1.091,9	3,7	907,2	3,2	20,4	
Conservação e Reparação	1.255,2	4,2	1.341,2	4,7	-6,4	
Seguros	663,6	2,2	767,4	2,7	-13,5	
Judiciais, Contencioso,Notariado	883,0	3,0	801,9	2,7	10,1	
Outros serviços de Terceiros	12.920,0	43,3	11.882,9	41,9	8,7	
Total	29.814,0	100,0	28.344,5	100,0	5,2	

Apesar deste aumento, conjugado com um esforço de investimento acrescido que se traduziu num acréscimo de 7,3% na dotação de amortizações, o rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos custos de estrutura, diminuiu 1%, fixando-se em 78%. Se considerarmos os custos de funcionamento, em relação com o produto bancário regista-se idêntica melhoria, fixando-se este rácio de eficiência em 69%.

Unidade: milhares de euros					Variação
	2004	%	2003	%	%
Custos de Estutura					
Custos com Pessoal (a)	41.629	51,5	41.042	52,5	1,4
Outros Custos Administrativos (b)	29.814	36,9	28.345	36,3	5,2
Custos de Funcionamento (a+b)	71.443	88,4	69.387	88,8	3,0
Amortizações (c)	9.419	11,6	8.780	11,2	7,3
Custos de Estrutura (a+b+c)	80.862	100	78.167	100	3,4
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	40%		41%		-1%
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	69%		70%		-1%
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	78%		79%		-1%

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

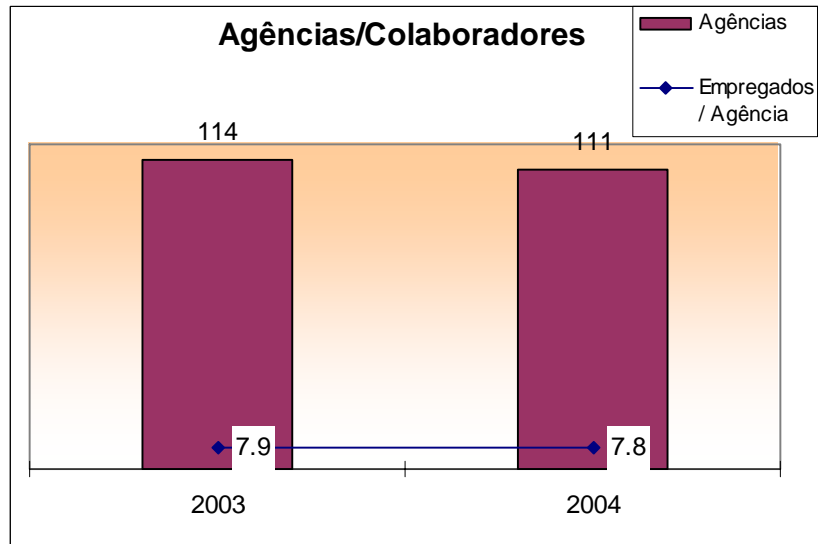
Provisões

As provisões constituídas em 2004 atingem 3.300 milhares de euros, o que representa uma redução face ao valor registado no ano anterior. Esta redução deriva da libertação de provisões gerada pela recuperação de crédito vencido e de crédito de cobrança duvidosa, pela significativa redução de provisões para risco país e por um enquadramento macroeconómico menos restritivo.

Unidade: milhares de euros					Variação
	2004	%	2003	%	%
Provisões (conta de resultados)					
Provisões para crédito	4.327,9	131,1	12.464,4	142,5	-65,3
. Provisões específicas para crédito	4.469,9	135,4	13.488,8	154,2	-66,9
. Provisões genéricas para crédito	-142,0	-4,3	-1.024,4	-11,7	-86,1
. Reposições de provisões genéricas (Aviso 8/2003 BdP)					
Provisões para depreciação de títulos e participações	-45,4	-1,4	-24,9	-0,3	82,3
Provisões para risco-país	-1.068,3	-32,3	1.084,8	12,4	-198,5
Outras provisões	86,1	2,6	-4.775,1	-54,6	-101,8
Total	3.300,3	100,0	8.749,2	100,0	-62,3

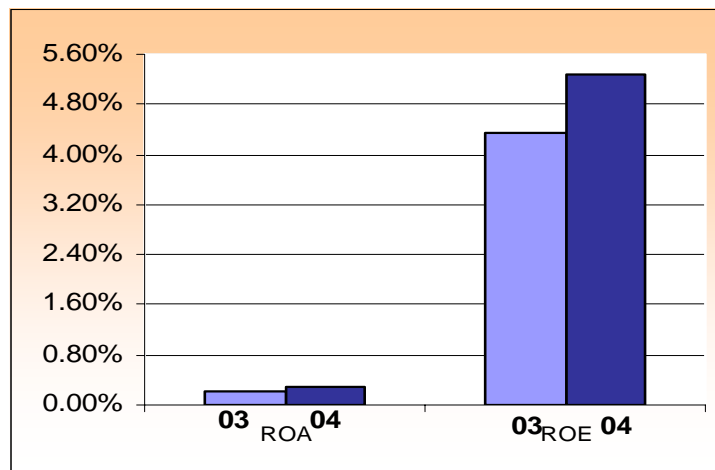
A política de racionalização de recursos humanos traduziu-se numa redução de 27 colaboradores fixando o seu número, no final de 2004, em 869. Procedeu-se igualmente à

reorganização da rede de Agências, mantendo-se um registo positivo na eficiência da organização.



O contributo positivo do Produto Bancário, determinado pelo dinamismo das comissões e dos resultados financeiros e a redução significativa do esforço em saneamentos creditícios, possível devido à política prudente de concessão de crédito e a diligentes procedimentos de recuperações de crédito, foram decisivos na obtenção de um Resultado Líquido que se fixou em 9.810 mil euros, com um expressivo crescimento de 30%.

A rentabilidade líquida média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 5,26% o que compara com 4,34% no período homólogo.. Por sua vez, a Rentabilidade líquida do Activo médio (ROA) ascendeu a 0,27% em 2004 face a 0,23% em 2003.



Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2004 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

%

Rendibilidade	2004	2003
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	5,73	3,48
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,84	3,02
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0,31	0,19

Durante 2004, a estratégia de inovação e de enfoque em segmentos específicos de mercado, contemplada no segundo ano do Plano Director 2003/2005, gerou um forte dinamismo no ritmo de actividade que, aliado a um aumento de competitividade, se traduziu num crescimento significativo dos volumes de negócio, permitindo relevantes incrementos de quotas de mercado e resultados.

Os esforços definidos pelo Plano Director no sentido de implementar melhores ferramentas de gestão e programas de formação, para elevar a qualificação e capacidade de assessoramento personalizado das equipas de gestão, traduziram-se em melhorias ao nível da eficiência e do atendimento.

O BBVA Portugal prosseguirá com uma estratégia orientada para a qualidade, inovação e antecipação nas diferentes áreas de negócio, com especial destaque para aquelas em que detém vantagens comparativas, como as áreas do crédito hipotecário, crédito especializado e grandes empresas. A apresentação de soluções financeiras inovadoras seguras e competitivas, privilegiando categorias de fundos de maior valor acrescentado, permitirá um posicionamento cada vez mais importante junto dos clientes dos fundos de investimento.

A estratégia de crescimento continuará a assentar em exigentes critérios de prudência e selectividade e será apoiada por eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco. Prosseguirá o esforço de racionalização de procedimentos por forma a reduzir os custos de funcionamento e a promover a eficiência.

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 18 de Janeiro de 2005

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

• Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2004, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista Canal International Holding, S.A. é detentor de 113.094.800 acções, correspondendo a 90,4758% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 11.905.050 acções, correspondendo a 9,5240% do capital social da sociedade.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2004			2003	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2004	2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	53	86.477	-	86.477	37.190	Débitos para com instituições de crédito		1.797.023	1.461.988
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	54	67.553	-	67.553	64.033	a) - À vista	18	9.022	84.377
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	289.369	-	289.369	292.402	b) - A prazo ou com pré-aviso	18	1.788.001	1.377.611
Créditos sobre clientes	14	3.172.737	(21.947)	3.150.790	2.726.590	Débitos para com clientes		1.732.947	1.584.204
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		84.137	(26)	84.111	71.337	a) - Depósitos de poupança	18	36.985	35.747
a) - De emissores públicos	10	16.149	-	16.149	1.307	b) - Débitos à vista	18	829.796	736.443
b) - De outros emissores	10	67.988	(26)	67.962	70.030	c) - Débitos a prazo	18	866.166	812.014
Acções e outros títulos de rendimento variável	10	7.480	-	7.480	15.140	Outros passivos	31	23.280	44.238
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	6	2.419	-	2.419	5.378	Contas de regularização	27	29.742	24.105
Outras participações financeiras	6	4.162	(509)	3.653	3.736	Provisões para riscos e encargos:			
Imobilizações incorpóreas	11	66.069	(53.571)	12.498	10.630	b) - Outras provisões	24	27.180	27.196
Imobilizações corpóreas	11	135.318	(67.820)	67.498	72.347	Fundo para riscos bancários gerais	24	65	65
(Das quais: Imóveis de serviço próprio)	11	(85.488)	(25.477)	(60.011)	(64.614)	Passivos subordinados	22	69.000	69.000
Outros activos	31	19.927	(1.248)	18.679	14.059	Capital subscrito	29	125.000	125.000
Contas de regularização	27	91.434	-	91.434	94.735	Prémios de emissão	29	7.008	7.008
						Reservas	51	18.769	21.010
						Reservas de reavaliação	51	4.951	4.951
						Resultados transitados	51	28.802	23.185
						Interesses minoritários	52	8.384	8.074
						Lucro consolidado do exercício	51	9.810	7.553
Total do Activo		4.027.082	(145.121)	3.881.961	3.407.577	Total do Passivo e da Situação Líquida		3.881.961	3.407.577
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS									
Garantias prestadas e passivos eventuais	23			510.086	464.716				
Dos quais:									
- Aceites e endossos	23			2.813	1.522				
- Garantias e avales	23			501.986	460.873				
- Outros	23			5.287	2.321				
Compromissos	23			2.044.647	2.267.820				
Dos quais:									
- Resultantes de operações de venda com opção de recompra				-	-				

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CUSTOS	Notas	2004	2003	PROVEITOS	Notas	2004	2003
Juros e custos equiparados	58	73.886	63.636	Juros e proveitos equiparados	57	131.199	120.969
Comissões	60	3.986	4.162	Rendimento de títulos	55	1.680	316
Prejuízos em operações financeiras		29.600	30.843	Comissões	59	32.382	29.585
Gastos gerais administrativos:		71.443	69.386	Lucros em operações financeiras		31.858	32.925
a) - Custos com pessoal	56	41.629	41.042	Reposições e anulações de provisões	24	43.788	33.472
b) - Outros gastos administrativos		29.814	28.345	Resultados em empresas associadas e filiais			
Amortizações do exercício	11	9.419	8.780	excluídas da consolidação	52	841	917
Outros custos de exploração	39	1.079	720	Outros proveitos de exploração	39	15.053	15.361
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	24	47.072	42.146	Ganhos extraordinários	39	2.251	3.832
Provisões para imobilizações financeiras	24	16	75	Interesses minoritários		-	2.390
Perdas extraordinárias	39	10.875	10.216				
Impostos sobre lucros	41	1.011	1.237				
Outros impostos		524	574				
Resultados em empresas associadas e filiais							
excluídas da consolidação		-	438				
Interesses minoritários	51	331	-				
Lucro consolidado do exercício	52	9.810	7.553				
		<u>259.052</u>	<u>239.767</u>			<u>259.052</u>	<u>239.767</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:

Juros e comissões recebidas	157.366
Pagamento de juros e comissões	(76.451)
Resultados em operações financeiras	2.259
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(77.319)
Contribuições para o Fundo de Pensões	(14.730)
Outros recebimentos	18.144
Outros pagamentos	(6.614)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>2.655</u>

(Aumentos) diminuições de activos operacionais:

Outros créditos sobre instituições de crédito	4.139
Créditos sobre clientes	(428.427)
Títulos de negociação	9.198
Outros activos e contas de regularização	(2.210)
	<u>(417.300)</u>

Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:

Débitos para com instituições de crédito	335.035
Débitos para com clientes	148.745
Outros passivos e contas de regularização	1.166
	<u>484.946</u>

Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento

Impostos sobre o rendimento pagos	(1.478)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>68.823</u>

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Dividendos recebidos	4.639
Aquisição de imobilizações	(10.647)
Alienação de imobilizações	4.208
Aquisições de títulos de investimento	(14.251)
Venda de participações	56
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(15.995)</u>

Interesses minoritários

Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(21)</u>
--	--------------------

Caixa e seus equivalentes no início do período	101.223
Caixa e seus equivalentes no fim do período	154.030

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 111 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 6). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 29, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo durante o exercício de 2004 encontram-se detalhados nas Notas 9 e 21.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao BBVA Portugal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta nº 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica "Resultados transitados", uma provisão no montante de 4.200 mEuros (Notas 27 e 51), destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados. Até ao exercício de 2003, estes custos eram reconhecidos no exercício em que eram pagos.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias (excepto a BBVA Fundos) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 estão pendentes de aprovação pelas correspondentes Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2. Princípios de consolidação

A consolidação das contas das empresas subsidiárias que utilizam o Plano de Contas para o Sistema Bancário foi efectuada pelo método da integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses Minoritários" (Nota 52).

A consolidação das contas da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial (“equity method”). De acordo com este método, o valor da participação é ajustado com base na percentagem da situação líquida, correspondente à participação efectiva do BBVA nessa empresa.

Os valores de trespasse (goodwill), decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias à data da compra, são totalmente amortizados no ano de aquisição por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BBVA Portugal e das suas subsidiárias, na proporção da participação respectiva, após os ajustamentos de consolidação (Nota 51).

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou por equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na Nota 3.3 f).

3.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea i) abaixo.

b) Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de "fixing" do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como “Proveitos e custos em suspenso”, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas (“Swaps de moeda”)

As operações de “swap” de moeda não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Operações de permuta de taxa de juro (“Swaps de taxa de juro”)

Os contratos de “swap” de taxa de juro, com natureza de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida de resultados.

Os contratos de “swap” de cobertura de activos financeiros reconhecidos ao custo amortizado não são reavaliados.

Swaps de cotações (“Equity swaps”)

O valor nominal dos contratos é registado em rubricas extrapatrimoniais. A componente de taxa de juro relativa ao período em curso é reconhecida em contas de regularização por contrapartida de resultados.

A componente equity é registada através da reavaliação dos derivados implícitos nos contratos (opções, caps e floors).

Estes swaps referem-se essencialmente a estruturas contratadas para a cobertura de depósitos estruturados.

Futuros e opções

Os contratos de futuros e opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico.

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados.

O montante dos prémios pagos (por opções compradas) e recebidos (por opções vendidas) é registado em contas de regularização até à data em que ocorra a execução do contrato.

Adicionalmente estes contratos são valorizados mensalmente com base na cotação de mercado, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco e as suas subsidiárias registam as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de:
 - . Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

O Banco e as suas subsidiárias registam ainda provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário (1% até 31 de Dezembro de 2002);
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

As provisões libertadas na sequência da redução da percentagem de provisão aplicável aos créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária sobre imóveis destinados à habitação do mutuário ascenderam a mEuros 2.983. Durante os exercícios de 2003 e 2004, o Banco utilizou parte destas provisões, nos montantes de 2.020 mEuros e 770 mEuros, respectivamente, para a constituição de provisões para riscos específicos de crédito.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

d) Provisões para outros riscos

i) Provisão para outros riscos e encargos

Destina-se a cobrir os riscos de realização do valor contabilístico dos imóveis não afectos à actividade e de outros saldos devedores, bem como a fazer face a potenciais encargos decorrentes de contingências diversas. Em geral, esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

ii) Fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a eventuais perdas resultantes dos riscos e responsabilidades decorrentes da actividade do Banco.

Em geral esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) Aplicações em títulos

Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de "Prejuízos e lucros em operações financeiras" e os juros são reflectidos em "Juros e proveitos equiparados" da demonstração dos resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização relativas a acções que integrem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos restantes títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em "Contas de regularização" do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As menos-valias potenciais decorrentes da respectiva valorização são provisionadas.

Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco e das suas subsidiárias.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica “Receitas com proveito diferido”.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica “Contas de regularização” do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

f) Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

Esta rubrica inclui a participação na BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., a qual é registada pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do BBVA Portugal no capital, reservas e resultados desta empresa.

Outras participações financeiras

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Provisões

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

- Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;
- Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;
- Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu Aviso nº 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior Aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos-valia que exceder os referidos 15%.

g) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000, a depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. No que se refere aos adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos. O Banco usa as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, o BBVA Portugal não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

Os imóveis de serviço próprio que deixaram de estar afectos à actividade do Banco estão registados contabilisticamente ao custo de aquisição ou ao valor de realização, dos dois o menor. Caso o valor de realização, determinado com base na avaliação, seja inferior ao valor líquido contabilístico, a respectiva menos valia potencial é provisionada no âmbito das provisões para riscos e encargos (Nota 24).

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, gastos incorridos com a aquisição e implementação de software. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

h) Bens arrematados

Os imóveis e bens de equipamento recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica "Outros activos - Aplicações por recuperação de crédito" pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis e bens de equipamento são mantidos no activo até serem vendidos.

i) Pensões de reforma e sobrevivência e encargos com assistência medico social de pensionistas

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Adicionalmente, a BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA IFC, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e a BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveram o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

De acordo com o Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, e o Aviso nº 7/2002, de 31 de Dezembro do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

- i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;
- ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período máximo de 10 anos.
- iii) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado;
- iv) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes valores:
 - . 10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios;
 - . 10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos podem ser registados como custos ou proveitos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que são apurados.

Na Nota 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma. Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

O Banco reconhece também o valor actual dos encargos com os prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV (Nota 27).

j) Impostos sobre lucros

O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 27,5%.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira beneficiam, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2003.

O BBVA Portugal não regista os impostos diferidos activos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, incluindo os que decorrem dos prejuízos fiscais reportáveis.

k) Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e proveitos equiparados".

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica "Juros e custos equiparados".

l) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

m) Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 58).

O BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos relativa ao exercício de 2004, no montante de 765 mEuros, não tendo feito uso da faculdade de não realizar o pagamento de 50% do referido valor, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue.

n) Comissões de gestão de fundos

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica “Comissões – Proveitos” (Nota 59).

o) Comissões de angariação e subvenções

As comissões pagas pela BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito são registadas em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, e reconhecidas como custo ou proveito ao longo das operações de crédito subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

As comissões associadas a créditos em situação de incumprimento ou liquidados antecipadamente, são reconhecidas como custo no momento em que se verifica uma destas situações.

6. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS, PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Empresas subsidiárias

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Actividade</u>	<u>Sede</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Método de consolidação</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,0%	"Equity"
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA IFC, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFC)	Instituição financeira de crédito	Lisboa	50,1%	Integral
Kantara, Limited (Kantara)	Imobiliária	Guernsey	100,0%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2004, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

<u>Empresa</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Situação líquida</u>	<u>Resultado líquido</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	98.355	9.645	845
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2.539	2.419	841
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	3.720	3.258	1.307
BBVA IFC, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	198.237	16.801	664
Kantara, Limited	2.857	2.802	749

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica corresponde integralmente à participação no capital social da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o qual é integralmente detido pelo Banco.

Outras participações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Provisões (Nota 24)</u>	<u>Valor de balanço</u>
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,199%	3.318	-	3.318
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,485%	244	(10)	234
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,091%	600	(499)	101
		-----	-----	-----
		4.162	(509)	3.653
		====	===	====

O BBVA Portugal recebeu durante o mês de Outubro de 2004 o montante de 56 mEuros resultante da liquidação da Soset – Projectos de Desenvolvimento, S.A.. Na sequência desta operação foi utilizada a provisão existente, no montante de 221 mEuros (Nota 24) e registada uma menos valia adicional de 12 mEuros (Nota 39).

7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO REEMBOLSÁVEIS NO ANO SEGUINTE

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no prazo de um ano é de 78.016 mEuros.

9. CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais créditos sobre empresas do Grupo e respectivos proveitos gerados durante o exercício eram os seguintes:

	Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	Outros créditos sobre instituições de crédito	Crédito concedido	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	Juros e proveitos equiparados
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.671	84.559	-	-	1.646
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda	-	-	41.766	-	-
BBVA Global Finance, Ltd	-	-	-	1.694	67
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	-	-	-	-	9

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. APLICAÇÕES EM TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

De emissores públicos nacionais:	
. Títulos da dívida pública	15.649
De emissores públicos estrangeiros	500

	16.149
Provisões acumuladas	-

	16.149
	=====
De outros emissores:	
. Obrigações de taxa variável	
- Residentes	1.030
- Organismos financeiros internacionais	1.247
- Outros não residentes	4.823
. Papel comercial	60.888

	67.988
Provisões acumuladas	(26)

	67.962
	=====

Ações e outros títulos de rendimento variável:

Ações	5.942
Unidades de participação	1.538

	7.480
Provisões acumuladas	-

	7.480
	=====

A rubrica unidades de participação corresponde a unidades de participação do Fundo de Investimento de Capital Garantido Aberto Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2004, a totalidade dos títulos de rendimento fixo encontra-se registada na carteira de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2004 a divisão entre ações cotadas e não cotadas era a seguinte:

	<u>Títulos de</u>		<u>Total</u>
	<u>Negociação</u>	<u>Investimento</u>	
Cotadas	5.854	-	5.854
Não cotadas	-	88	88
	-----	-----	-----
	5.854	88	5.942
Provisões	-	-	-
	-----	-----	-----
	5.854	88	5.942
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2004 a diferença entre o custo de aquisição dos títulos de investimento e o respectivo valor de mercado (relativamente aos que são cotados em bolsa de valores), pode ser resumida como segue:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

De emissores públicos:	
Valor contabilístico	16.149
Provisões acumuladas	-

Valor de balanço	16.149

Mais-valias potenciais	35

Valor de mercado	16.184
=====	
De outros emissores:	
Valor contabilístico	67.988
Provisões acumuladas	(26)

Valor de balanço	67.962

Mais-valias potenciais	34

Valor de Mercado	67.996
=====	

O movimento nas provisões para menos-valias em títulos durante o exercício de 2004 é apresentado na Nota 24.

11. IMOBILIZADO INCORPÓREO E CORPÓREO

O movimento no imobilizado durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	31 de Dezembro de 2003		Aquisições	Transferências	Amortização do exercício	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
<u>Imobilizado incorpóreo</u>								
. Trespases	1.374	(1.291)	-	-	(58)	107	-	132
. Custos plurianuais	9.678	(9.611)	32	76	(83)	-	-	92
. Software	42.923	(34.547)	498	5.926	(4.843)	-	-	9.957
. Outras imobilizações incorpóreas	4.635	(4.635)	-	-	-	-	-	-
. Imobilizado em curso	2.104	-	6.259	(6.002)	-	(44)	-	2.317
	60.714	(50.084)	6.789	-	(4.984)	63	-	12.498
<u>Imobilizado corpóreo</u>								
Imóveis								
. De serviço próprio	79.571	(16.887)	462	49	(1.244)	(99)	(3.635)	58.217
. Despesas em edifícios arrendados	10.224	(8.402)	175	-	(432)	247	(111)	1.701
Imobilizado em curso								
. De serviço próprio	108	-	94	(49)	-	(60)	-	93
	89.903	(25.289)	731	-	(1.676)	88	(3.746)	60.011
Equipamento -								
. Mobiliário e material	8.136	(6.888)	58	-	(364)	-	(51)	891
. Máquinas e ferramentas	5.185	(4.666)	97	-	(304)	-	-	312
. Equipamento informático	16.802	(14.760)	1.023	-	(901)	-	-	2.164
. Instalações interiores	11.880	(9.958)	807	-	(418)	-	(99)	2.212
. Material de transporte	2.960	(1.327)	747	-	(645)	-	(310)	1.425
. Equipamento de segurança	3.422	(3.129)	242	-	(127)	-	(2)	406
	48.385	(40.728)	2.974	-	(2.759)	-	(462)	7.410
Outras imobilizações -								
. Património artístico	76	-	1	-	-	-	-	77
	76	-	1	-	-	-	-	77
Total do imobilizado corpóreo	138.364	(66.017)	3.706	-	(4.435)	88	(4.208)	67.498
	199.078	(116.101)	10.495	-	(9.419)	151	(4.208)	79.996

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Imobilizado em curso” corresponde a despesas com a aquisição e implementação de software que ainda não se encontra a ser utilizado pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco no montante de 5.005 mEuros, aos quais estão associadas provisões no montante de 1.960 mEuros (Nota 24). Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas provisões sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações em outras instituições monetárias no país	
. Empréstimos a curto prazo	30.006
. Empréstimos a médio e longo prazo	2.166
Aplicações em outras instituições de crédito no país	
. Empréstimos a curto prazo	114.200
. Empréstimos a médio e longo prazo	27.496
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	
Sede e sucursais da própria instituição	
. Depósitos a prazo	83.931
Outras instituições de crédito	
. Depósitos a prazo	30.995
. Empréstimos a curto prazo	382
. Empréstimos a médio e longo prazo	193

	289.369
	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

Até três meses	253.024
De três meses a um ano	15.918
De um a cinco anos	20.427

	289.369
	=====

Créditos sobre clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Crédito interno:	
. Descontos comerciais	65.075
. Créditos em conta corrente	789.986
. Descobertos em depósitos à ordem	4.084
. Créditos tomados em operações de "factoring"	53.568
. Cartões de crédito	7.377
. Outros créditos	1.213
. Empréstimos a médio e longo prazo	1.729.617
. Operações de locação financeira	207.010

Crédito ao exterior	2.857.930
	286.324

	3.144.254
Crédito e juros vencidos	28.483

	3.172.737

Provisões (Nota 24):	
. Para crédito e juros vencidos	(17.292)
. Para créditos de cobrança duvidosa	(4.617)
. Para risco país	(38)

	(21.947)

	3.150.790
	=====

O movimento ocorrido durante o exercício de 2004 nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país é apresentado na Nota 24.

Adicionalmente, para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco e as suas subsidiárias dispõem de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 21.389 mEuros, registada na rubrica "Provisões para riscos e encargos", do passivo (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2004, o crédito sobre clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 527.000 mEuros e 198.000 mEuros, respectivamente. Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2004, o prazo residual dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentava a seguinte estrutura:

Até três meses	1.159.950
De três meses a um ano	271.906
De um a cinco anos	515.374
Mais de cinco anos	1.197.024

	3.144.254
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2004, a composição da carteira de créditos sobre clientes por sectores de actividade, é a seguinte:

Agricultura	243.490
Alimentos, bebidas e tabaco	8.744
Comércio	1.440.208
Construção	21.555
Engenharia	93.603
Madeira e cortiça	12.634
Serviços	24.549
Têxtil	18.336
Transportes e comunicações	8.806
Particulares:	
- Habitação	962.848
- Consumo	219.061
Outros	118.903

	3.172.737
	=====

15. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2004 o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	3.945	(637)	3.308
Equipamento	1.709	(699)	1.010
	-----	-----	-----
	5.654	(1.336)	4.318
	=====	====	-----
Reserva de reavaliação de imobilizações financeiras			633

			4.951
			=====

18. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E PARA COM CLIENTES

Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

À vista:

Depósitos à ordem	
. De instituições de crédito no estrangeiro	5.171
. De instituições de crédito no País	3.851

	9.022

A prazo ou com pré-aviso:

Recursos a muito curto prazo	
. De Instituições de crédito no País	22.025
Depósitos a prazo e outros recursos	
. De instituições de crédito no estrangeiro	1.765.976

	1.788.001

	1.797.023
	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Débitos para com instituições de crédito” apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Até três meses	848.696
De três meses a um ano	184.911
De um a cinco anos	763.416

	1.797.023
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Débitos para com clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Depósitos de poupança:	
. Reformados	8.031
. Habitação	28.452
. Condomínio	502

	36.985

Outros débitos à vista:	
. Sector Público Administrativo	24.061
. Outros residentes	761.947
. Emigrantes	2.878
. Outros não residentes	40.910

	829.796

Outros débitos a prazo:	
. Sector Público Administrativo	76.621
. Outros residentes	700.574
. Emigrantes	19.110
. Outros não residentes	64.622
. Outros	5.239

	866.166

	1.732.947
	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Débitos para com clientes” apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Até três meses	1.397.714
De três meses a um ano	307.243
De um a cinco anos	27.990

	1.732.947
	=====

21. **DÉBITOS PARA COM EMPRESAS DO GRUPO**

Em 31 de Dezembro de 2004 os principais débitos para com empresas do grupo e os respectivos juros gerados no exercício eram os seguintes:

	Débitos para com instituições de crédito	Passivos subordinados	Juros e custos equiparados
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	1.613.075	69.000	32.317
Finanzia Banco de Crédito, S.A.	150.000	-	1.158
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	1.400	-	55
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2.350	-	51

22. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros, concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., através do contrato de mútuo directo subordinado celebrado em 30 de Março de 2001. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2011 e vence juros à taxa Euribor a três meses (anterior à data de início de cada período de contagem de juros) acrescida de 0,6 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Abril de 2001, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Passivos eventuais

Garantias e avales prestados	501.986
Aceites e endossos	2.813
Créditos documentários abertos	5.270
Outros passivos eventuais	17

	510.086
	=====

Compromissos

Contratos a prazo de depósitos	205.947
Por linhas de crédito	
. Compromissos irrevogáveis	279.824
. Compromissos revogáveis	1.455.292
Por subscrição de títulos	99.461
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas (Nota 49)	3.395
Sistema de indemnização aos investidores	728

	2.044.647
	=====

Responsabilidades por prestação de serviços

Depósito e guarda de valores	3.576.870
Valores recebidos para cobrança	43.049
Valores administrados pela instituição	101.173
Outras	50.139

	3.771.231
	=====

O saldo da rubrica "Sistema de indemnização aos investidores" corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele Sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2004 existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais:

Operações cambiais à vista ("Spot")	
Compras	1.232
Vendas	1.228
Operações cambiais a prazo ("Forward")	
Compras	4.548
Vendas	4.437
Operações de "Swap" de taxa de juro	692.620
Operações de "Swap" de moeda e taxa de juro ("Cross currency interest rate swaps")	
Compras	354.990
Vendas	354.990
Operações de "Swap" de cotações – "Equity swaps"	47.953
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros de taxa de juro)	
Compras	13.045
Vendas	13.045
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros de cotações)	
Vendas	6.930
Compras	687
Opções sobre taxas de juro	
Compras	20.669
Vendas	20.978
Opções sobre cotações	
Compradas	56.743
Vendidas	53.400

No decurso da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, "Swaps" de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou notional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume das operações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2004, a actividade desenvolvida pelo BBVA Portugal em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	Valor contabilístico		
	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxas de câmbio			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Cambiais à vista - Compras	1.232	-	1.232
Cambiais à vista - Vendas	1.228	-	1.228
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Compras	4.548	-	4.548
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Vendas	4.437	-	4.437
	<u>11.445</u>	<u>-</u>	<u>11.445</u>
Contratos sobre taxas de juro			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Swaps (interest rate swaps)	692.620	-	692.620
Transaccionados em mercados organizados			
Futuros - Compras	13.045	-	13.045
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Forwards - Vendas	13.045	-	13.045
	<u>26.090</u>	<u>-</u>	<u>26.090</u>
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Cross currency swaps - compras	354.990	-	354.990
Cross currency swaps - vendas	354.990	-	354.990
Opções compradas	20.669	-	20.669
Opções vendidas	20.978	-	20.978
	<u>751.627</u>	<u>-</u>	<u>751.627</u>
Contratos sobre cotações			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	47.868	85	47.953
Opções compradas	56.743	-	56.743
Opções vendidas	53.400	-	53.400
	<u>158.011</u>	<u>85</u>	<u>158.096</u>
Transaccionados em mercados organizados			
Futuros - Vendas	6.243	-	6.243
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
Forwards - Compras	687	-	687
Forwards - Vendas	687	-	687
	<u>7.617</u>	<u>-</u>	<u>7.617</u>
	<u>1.647.410</u>	<u>85</u>	<u>1.647.495</u>

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na Nota 3.3.b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)24. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2003	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2004
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	7.538	1.093	(8.851)	-	4.837	4.617
Crédito e juros vencidos (Nota 14)	30.074	40.071	(28.563)	(19.893)	(4.397)	17.292
Risco País (Nota 14)	1.106	107	(1.175)	-	-	38
Menos valias em títulos (Nota 10)	86	18	(78)	-	-	26
Outras aplicações (Nota 31)	1.263	208	(223)	-	-	1.248
	<u>40.067</u>	<u>41.497</u>	<u>(38.890)</u>	<u>(19.893)</u>	<u>440</u>	<u>23.221</u>
Provisões para riscos e encargos:						
- Riscos gerais de crédito (Nota 14)	22.301	3.716	(3.858)	-	(770)	21.389
- Outros riscos e encargos	4.895	1.859	(1.039)	(254)	330	5.791
	<u>27.196</u>	<u>5.575</u>	<u>(4.897)</u>	<u>(254)</u>	<u>(440)</u>	<u>27.180</u>
Riscos bancários gerais	65	-	-	-	-	65
	<u>67.328</u>	<u>47.072</u>	<u>(43.787)</u>	<u>(20.147)</u>	<u>-</u>	<u>50.466</u>
Imobilizações financeiras (Nota 6)	715	16	(1)	(221)	-	509
	<u>68.043</u>	<u>47.088</u>	<u>(43.788)</u>	<u>(20.368)</u>	<u>-</u>	<u>50.975</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a provisão para outros riscos e encargos apresenta a seguinte composição:

Provisão para devedores diversos (Nota 31)	2.827
Provisão para imóveis não afectos à actividade (Nota 11)	1.960
Provisões para contingências diversas	674
Provisão para garantias prestadas	330

	5.791
	=====

26. TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO, DE INVESTIMENTO E A VENCIMENTO E IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Os critérios de classificação destes activos encontram-se explicados nas Notas 3.3 e) e f).

27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO**Activo**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos a receber	
. De disponibilidades	42
. De aplicações	5.127
. De outros proveitos a receber - comissões	3.546
. De operações extrapatrimoniais:	
- Cross currency swaps	4.062
- Interest rate swaps	2.609
Despesas com custo diferido	
. Reformas antecipadas (Nota 49)	21.577
. Perdas actuariais por alteração de pressupostos (Nota 49)	11.400
. Perdas actuariais acima dos limites do corredor (Nota 49)	15.669
. De operações extrapatrimoniais – Opções compradas	290
. De fornecimentos e serviços	291
. Comissões de angariação	4.340
. Campanha de incentivo FIM Extra 5	2.098
Flutuação de valores:	
. Perdas actuariais e financeiras (Nota 49)	18.772
Proveitos e custos em suspenso (Nota 3.3 b))	
. Reavaliação da posição cambial a prazo	115
. Forwards sobre taxas de juro	33
Valores cobrados	17
Operações activas a regularizar	1.446

	91.434
	=====

A rubrica “Outros proveitos a receber - comissões”, inclui 1.042 mEuros relativos a valores a receber da BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros, pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal.

A rubrica “Campanha de incentivo FIM Extra 5” corresponde ao valor ainda não amortizado do custo da campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 39).

A rubrica “Comissões de angariação” corresponde às comissões pagas pela BBVA IFC a fornecedores, essencialmente concessionários, pela angariação de operações de crédito. Estas comissões são reconhecidas como custo ao longo da operação de crédito subjacente, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

Passivo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos a pagar:	
. Juros	7.180
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.211
. Remunerações variáveis	1.966
. Prémio de antiguidade	2.177
. De fornecimentos e serviços	1.087
. “Rappel” a pagar a concessionários	399
. Outros custos a pagar	898
. De operações extrapatrimoniais:	
- Cross currency swaps	4.062
- Interest rate swaps	903
Receitas com proveito diferido:	
. Ganhos actuariais por alteração de pressupostos (Nota 49)	896
. Subvenções	654
. Outras	619
. Mais-valias em bens de locação financeira	693
. De operações extrapatrimoniais:	
- Prémios de opções	71
- Garantias prestadas	303
Operações passivas a regularizar	3.623

	29.742
	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A rubrica “Subvenções” corresponde a participações recebidas de fornecedores pela BBVA IFC, no âmbito da participação desta sociedade no financiamento de novas operações. Estas comissões são reconhecidas como proveito ao longo da operação de crédito subjacente, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

A rubrica mais-valias em bens de locação financeira corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor de balanço dos respectivos bens na data da realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos em resultados ao longo da vida dos novos contratos de locação.

28. IMPUTAÇÃO A RESULTADOS E VALOR DE MERCADO

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	6
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	10

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados), encontra-se detalhada na Nota 10.

29. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital do Banco estava representado por 125.000.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, estando totalmente subscrito e realizado. Nesta data os accionistas do Banco eram os seguintes

	<u>Nº de acções</u>	<u>%</u>
Canal Holding International, S.A., com sede no Luxemburgo	113.100.000	90,48 %
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	11.900.000	9,52 %
	-----	-----
	125.000.000	100,00%
	=====	=====

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOSOutros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações por recuperação de créditos:	
- Imóveis	4.274
- Outras	1.287
Devedores diversos	6.755
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.278
IVA - Reporte de crédito de imposto	6.206
IRC a recuperar	87
Metais preciosos, numismática e medalhística	21
Outras disponibilidades sobre residentes	19

	19.927

Provisão para aplicações por recuperação de créditos (Nota 24):	
- Imóveis	(144)
- Outras	(1.104)

	(1.248)

	18.679
	=====

A rubrica “Devedores diversos” inclui dívidas de cobrança duvidosa no montante de 2.990 mEuros, para as quais o Banco dispõe de provisões registadas na rubrica “Provisões para riscos e encargos” no montante de 2.827 mEuros (Nota 24).

Esta rubrica inclui ainda um saldo de 1.456 mEuros, originado pela cessão a uma instituição financeira Portuguesa dos créditos do BBVA Portugal sobre uma entidade em processo especial de recuperação de empresas. Este montante não vence juros e será pago ao BBVA Portugal em Agosto de 2006.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento (IRC) a pagar	159
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	133
Retenção de impostos na fonte	2.685
Contribuições para a segurança social	272
Fornecedores	6.996
Credores diversos	12.826
Cobranças por conta de terceiros	26
Contribuições para os S.A.M.S	141
Contribuições para a segurança social	27
Outras	15

	23.280
	=====

A rubrica credores diversos inclui 9.146 mEuros relativos à contribuição para o Fundo de Pensões do exercício de 2004 (Nota 49), a qual foi liquidada pelo BBVA Portugal no início de 2005.

33. **OPERAÇÕES A PRAZO AINDA NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO**

Esta informação encontra-se incluída na Nota 23.

34. **EFFECTIVOS**

O número médio de colaboradores do Grupo em 2004 apresenta a seguinte composição:

Quadros directivos	99
Chefias e gerência	130
Quadros técnicos	409
Administrativos	206
Outros	3

	847
	====

35. **REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

No exercício de 2004, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização ascenderam a 157 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)38. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

No exercício de 2004, os proveitos do Banco foram integralmente gerados em Portugal. A decomposição por linha de negócio das principais rubricas da demonstração de resultados e do balanço foi a seguinte:

	Corporate finance	"Trading and sales"	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	Total
Juros e proveitos equiparados	-	11.457	38.236	57.602	126	16.938	6.840	131.199
Juros e custos equiparados	-	11.000	10.098	39.050	-	5.018	8.720	73.886
Comissões (proveito)	741	4.594	16.905	6.397	4.011	11	(277)	32.382
Comissões (custo)	3	286	268	-	261	203	2.965	3.986
Rendimento de títulos	-	1.680	-	-	-	-	-	1.680
Lucros em operações financeiras	-	29.688	269	-	-	5	1.896	31.858
Prejuízos em operações financeiras	-	27.665	270	-	-	1	1.664	29.600
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	-	-	2.746	2.176	-	29.923	8.943	43.788
Provisões para crédito de cobrança duvidosa crédito vencido e para outros riscos	-	-	4.945	4.043	-	32.910	5.174	47.072
Outros proveitos de exploração	2	4	5.914	2.394	7	4.335	2.397	15.053
Resultado líquido do exercício	(372)	3.093	(1.075)	9.746	2.148	1.509	(5.239)	9.810
Crédito sobre clientes	-	-	1.141.917	1.726.829	-	282.044	-	3.150.790
Débitos para com clientes	-	-	756.406	976.541	-	-	-	1.732.947
Activo líquido total	-	289.369	1.328.875	1.959.091	6.260	298.366	-	3.881.961

39. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS DE EXPLORAÇÃO E GANHOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros custos de exploração

Quotizações e donativos	88
Menos valias em bens de locação	297
Despesas confidenciais	52
Perdas operacionais na rede de agências	119
Campanha de incentivo FIM Extra 5	473
Outros	50

	1.079
	=====

A rubrica "Campanha de incentivo FIM Extra 5" corresponde ao custo reconhecido durante o exercício de 2004, relativo à campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 27).

Outros proveitos de exploração

Recuperação de créditos incobráveis	3.640
Mais valias em bens de locação	988
Prestação de serviços diversos	2.898
Proveitos na formalização de contratos	129
Reembolso de despesas	4.773
Rendimento de imóveis	99
Outros	2.526

	15.053
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Perdas extraordinárias

Encargos com pensões (Nota 49):	
. Amortização de encargos com reformas antecipadas	3.530
. Amortização de perdas actuariais acima do corredor	1.625
. Amortização de perdas actuariais por alteração de pressupostos	1.409
. Amortização de responsabilidades ainda não reconhecidas	299

	6.863
Outros:	
. Menos-valias na realização de valores imobilizados	714
. Outras perdas em valores imobilizados	257
. Abate de obras em edifícios arrendados	250
. Insuficiência na estimativa de remunerações variáveis	339
. Menos-valias na venda de participações (Nota 6)	12
. Outros	2.440

	10.875
	=====

Ganhos extraordinários

Amortização de ganhos actuariais (Nota 49)	112
Mais-valias na realização de valores imobilizados	1.006
Notas de crédito e regularizações diversas	147
Anulação de facturas em aberto	171
Comissões de exercícios anteriores	90
Anulação de cheques emitidos	169
Regularização do Pró rata do IVA	60
Outros	496

	2.251
	=====

40. **ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS NO PERÍODO RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS**

Os encargos relativos a passivos subordinados imputados e pagos durante o exercício de 2004 ascenderam a 1.895 mEuros e 1.884 mEuros, respectivamente.

41. IMPOSTOS

O Banco e as suas subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 27,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas o Banco e as suas subsidiárias encontram-se sujeitos adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de impostos estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, ou pelo período de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis. Deste modo, as declarações do Banco e das suas subsidiárias de 2001 a 2004 podem ainda vir a ser sujeitas a revisão. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

O imposto imputado relativamente ao exercício de 2004 tem origem essencialmente nos lucros fiscais gerados pela BBVA Gest e BBVA Leasimo. O imposto imputado ao Banco resulta exclusivamente da tributação autónoma, face à existência de prejuízos fiscais reportáveis originados em exercícios anteriores. Para a redução da carga fiscal do Banco face à taxa normal contribui, igualmente, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira, benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos de empresas subsidiárias e empresas participadas, e os pagamentos de pensões relativas a reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores.

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período adicionando aquela dotação, foi a seguinte:

Dotação para impostos sobre lucros	1.011
Lucro do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros e interesses minoritários	11.152
Carga fiscal (%)	9,07%

45. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

O montante das operações de locação financeira realizadas na óptica do locador encontra-se apresentado na Nota 14. O Banco e as suas subsidiárias não realizaram operações de locação financeira na óptica do locatário.

49. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

As responsabilidades do BBVA Portugal da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, assim como as respectivas coberturas, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Responsabilidades por serviços passados:		
- Empregados no activo	44.534	37.416
- Reformados e pensionistas	143.186	142.175
	-----	-----
	187.720	179.591
	=====	=====
Cobertura das responsabilidades:		
- Valor patrimonial dos Fundos	167.391	152.907
- Contratos de rendas vitalícias	7.788	8.357
- Contribuições a entregar (Nota 31)	9.146	14.633
	-----	-----
	184.325	175.897
	=====	=====
Valor não financiado	(3.395)	(3.694)
	=====	=====

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as responsabilidades ainda não reconhecidas na demonstração de resultados apresentavam a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custos diferidos (Nota 27):		
- Reformas antecipadas	21.577	23.128
- Perdas actuariais por alteração de pressupostos	11.400	12.808
- Perdas actuariais acima dos limites do corredor	15.669	14.616
	-----	-----
	48.646	50.552
	-----	-----
Flutuação de valores (Nota 27)	18.772	17.628
	-----	-----
Proveitos diferidos:		
- Ganhos actuariais por alteração de pressupostos (Nota 27)	(896)	(1.008)
	-----	-----
	66.522	67.172
	-----	-----
Responsabilidades não financiadas (Nota 23)	3.395	3.694
	-----	-----
Total de responsabilidades ainda não reconhecidas	69.917	70.866
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes registados na demonstração de resultados durante os exercícios de 2004 e 2003 apresentam a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custos com pessoal (Nota 56):		
. Custo normal do período	3.046	2.912
	-----	-----
Perdas extraordinárias (Nota 39):		
. Amortização de reformas antecipadas	3.530	2.921
. Amortização de perdas actuariais por alteração de pressupostos	1.409	1.184
. Amortização de perdas actuariais acima dos limites do corredor	1.625	1.625
. Amortização de responsabilidades não financiadas	299	273
	-----	-----
	6.863	6.003
	-----	-----
Ganhos extraordinários (Nota 39):		
. Amortização de ganhos actuariais por alteração de pressupostos	(112)	(112)
	-----	-----
	9.797	8.803
	=====	=====

De acordo com o Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. No exercício de 2004, os custos com pensões registados na rubrica "Custos com pessoal" têm a seguinte composição:

Custo dos serviços correntes	2.830
Custo dos juros	10.458
Rendimento esperado	(10.242)

Custo do exercício (Nota 56)	3.046
	=====

A movimentação ocorrida nos valores registados em custos diferidos durante o exercício de 2004 foi a seguinte:

Custos diferidos - Reformas antecipadas

Ano	Valor inicial	Saldo em 31-12-2003	Amortização em 2004	Saldo em 31-12-2004
1999	8.409	4.183	(837)	3.346
2000	11.024	6.115	(1.223)	4.892
2001	5.101	3.571	(510)	3.061
2002	3.393	3.054	(339)	2.715
2003	6.205	6.205	(621)	5.584
2004	1.979	-	-	1.979
	<u>36.111</u>	<u>23.128</u>	<u>(3.530)</u>	<u>21.577</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Custos diferidos - Perdas actuariais por alteração de pressupostos

<u>Ano</u>	<u>Valor inicial</u>	<u>Saldo em 31-12-2003</u>	<u>Amortização em 2004</u>	<u>Saldo em 31-12-2004</u>
2001	909	727	(91)	636
2002	10.925	9.833	(1.093)	8.741
2003	2.248	2.248	(225)	2.023
	<u>14.082</u>	<u>12.808</u>	<u>(1.409)</u>	<u>11.400</u>

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2002 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos às pensões em pagamento e ter efectuado a supressão da tabela de *turnover* para os empregados admitidos antes de 1994.

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2003 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos aos serviços passados dos trabalhadores no activo.

Custos diferidos - Perdas actuariais acima dos limites do corredor

<u>Ano</u>	<u>Valor inicial</u>	<u>Saldo em 31-12-2003</u>	<u>Amortização em 2004</u>	<u>Saldo em 31-12-2004</u>
2001	97	78	(10)	68
2002	16.153	14.538	(1.615)	12.923
2004	2.678	-	-	2.678
	<u>18.928</u>	<u>14.616</u>	<u>(1.625)</u>	<u>15.669</u>

O reconhecimento do valor actual em 31 de Dezembro de 1994 das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo não financiadas até essa data, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, está a ser efectuado ao longo de um período de 20 anos, de acordo com o permitido através do nº 1 c) ii do aviso 12/2001 do Banco de Portugal. O valor das responsabilidades ainda não reconhecidas em 31 de Dezembro de 2004 ascende a 3.395 mEuros. A amortização do exercício de 2004, no montante de 299 mEuros foi registada por contrapartida de perdas extraordinárias (Nota 39).

A movimentação ocorrida nos valores registados em proveitos diferidos durante o exercício de 2004 foi a seguinte:

Proveitos diferidos - Ganhos actuariais por alteração de pressupostos

<u>Ano</u>	<u>Valor inicial</u>	<u>Saldo em 31-12-2003</u>	<u>Amortização em 2004</u>	<u>Saldo em 31-12-2004</u>
2002	<u>1.120</u>	<u>1.008</u>	<u>(112)</u>	<u>896</u>

A diminuição de responsabilidades por alteração de pressupostos registada em 2002 resultou de o BBVA Portugal ter alterado as bases técnicas utilizadas no cálculo do valor actual dos contratos de renda vitalícia existentes para cobertura de responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 e os valores efectivamente verificados foram os seguintes:

	<u>Pressupostos</u>	<u>Valores efectivamente verificados</u>	
		<u>2004</u>	<u>2003</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit		
Tábua de mortalidade	TV 73/77		
Tábua de invalidez	EVK80 tomada a 50%		
Taxa de rotação	MSSL tomada a 50%		
Taxa de rendimento do Fundo	6%	5,7%	4,9%
Taxa de crescimento salarial	3%	4,5%	4,4%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2,3%	2,2%

A avaliação das responsabilidades considera os encargos com os serviços de Assistência Médico - Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Empregados no activo	783	833
Reformados e pensionistas	683	670
	-----	-----
	1.466	1.503
	=====	=====

O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades com pensões durante os exercícios de 2004 e 2003 foi o seguinte:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2003	175.897	163.143
- Contribuições dos empregados	188	184
- Contribuições do BBVA Portugal (Nota 31)	9.146	14.633
- Transferências	-	325
- Rendimento líquido do Fundo (rendimento esperado líquido de ganhos e perdas financeiras)	10.053	7.198
- Pensões pagas	(10.959)	(9.586)
	-----	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2004	184.325	175.897
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

Acções	48
Obrigações	327
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	5.033

	5.408
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados da BBVA Gest e da BBVA Fundos em 31 de Dezembro de 2004 ascendiam a 276 mEuros e 250 mEuros, respectivamente, encontrando-se totalmente financiadas através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detido por estas sociedades.

A BBVA Gest e a BBVA Fundos têm como política reconhecer integralmente em resultados as necessidades de financiamento das responsabilidades com pensões geradas em cada exercício, tendo registado durante o exercício de 2004 custos com pensões nos montantes de 37 mEuros e 34 mEuros.

50. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A informação requerida por esta Nota está incluída nas Notas 3.3 f) e 6.

51. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

O movimento nas rubricas de reservas e nos resultados transitados durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	<u>Reservas</u>	<u>Reservas de reavaliação</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Lucro do exercício</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	21.010	4.951	23.185	7.553
Aplicação do resultado do exercício de 2003:				
. Transferência para reservas	-	-	7.553	(7.553)
Registo de provisão para férias e subsídio de férias (Notas 1 e 27)	-	-	(4.200)	-
Transferências	(2.241)	-	2.241	-
Outros	-	-	23	-
Lucro do exercício	-	-	-	9.810
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	18.769	4.951	28.802	9.810
	=====	=====	=====	=====

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta nº 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica "Resultados transitados", uma provisão no montante de 4.200 mEuros, destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constituiu um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital (Nota 3.3. g)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Lucro consolidado

No exercício de 2004 a determinação do lucro consolidado pode ser resumida da seguinte forma:

Resultado individual	23.338

Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:	
- BBVA Gest	1.307
- BBVA Fundos	841
- BBVA Leasimo	845
- BBVA IFC	333
- Kantara	749

	4.075

Anulação de dividendos:	
- BBVA Gest	(5.761)
- BBVA Fundos	(3.800)
- BBVA Leasimo	(8.042)

	(17.603)

Lucro consolidado do exercício	9.810
	=====

52. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os montantes registados na rubrica interesses minoritários correspondem à parte dos resultados líquidos e dos capitais próprios da BBVA IFC, Instituição Financeira de Crédito, S.A. não detidos pelo BBVA Portugal (49,9%).

53. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa	16.935
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	69.542

	86.477
	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

54. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Cheques a cobrar	61.078
Depósitos à ordem:	
. Em instituições de crédito no estrangeiro	6.394
. Em instituições de crédito no País	81

	67.553
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

55. RENDIMENTO DE TÍTULOS

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

Imobilizações financeiras –	
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.655
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	25

	1.680
	=====

56. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Salários e vencimentos	
- Órgãos de Gestão e Fiscalização (Nota 35)	157
- Empregados	31.897

	32.054

Encargos sociais obrigatórios	
- Encargos com pensões de reforma (Nota 49)	
- BBVA Portugal	3.046
- BBVA Gest	37
- Caixa de Abono de Família	2.546
- Custos com a segurança social	668
- SAMS	1.629
- Seguros	302
- Outros encargos sociais	214
Encargos sociais facultativos	
- Serviços clínicos	16
- Contribuições para associações de empregados	46
- Outros	100

	8.604

Outros custos com o pessoal	
- Indemnizações contratuais	709
- Outros	262

	971

	41.629
	=====

57. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de disponibilidades	729
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	5.416
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.036
Juros de crédito interno a curto prazo	30.225
Juros de crédito interno a médio e longo prazo	51.365
Juros de operações de locação financeira	16.988
Juros de crédito ao exterior	5.265
Juros de títulos de investimento	900
Juros cobrados sobre crédito vencido	785
Juros de “swaps”	17.490

	131.199
	=====

58. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de depósitos de clientes	
. À ordem	4.184
. A prazo	16.280
. De poupança	505

	20.969

Juros de recursos de instituições de crédito no País	1.597
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	33.336
Juros de empréstimos subordinados (Nota 40)	1.895
Juros de “swaps”	15.296
Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 3.3.m))	765
Outros	28

	52.917

	73.886
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)59. COMISSÕES - PROVEITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Por garantias prestadas	3.489
Por compromissos perante terceiros	1.038
Por operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações	101
Por serviços prestados	
. Depósito e guarda de valores	4.098
. Gestão de patrimónios	2.589
. Gestão de fundos de investimento mobiliário	2.189
. Resgate e emissão de unidades de participação de fundos de investimento mobiliário	128
. Comissões de distribuição	3.006
. Montagem de empréstimos	2.109
. Cobrança de efeitos	1.524
. Operações sobre títulos	1.840
. Corretagem	896
. Outras	7.140
Por operações de factoring	65
Por operações realizadas por conta de terceiros	329
Outras comissões	1.841

	32.382
	=====

A rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 3.709 mEuros correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A rubrica “Comissões de gestão de fundos de investimento mobiliário” corresponde às comissões cobradas pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. aos fundos mobiliários sob gestão desta sociedade.

A rubrica “Comissões de distribuição” corresponde à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

A rubrica “Outras comissões” inclui 521 mEuros relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros.

60. COMISSÕES - CUSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Por garantias recebidas	1.014
Por compromissos assumidos por terceiros	91
Por serviços bancários de terceiros	634
Por operações realizadas por terceiros	2.184
Outras comissões	63

	3.986
	=====

A rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” inclui comissões pagas pela BBVA Gest à BBVA Gestion pelos serviços de assessoria à gestão de carteira dos fundos de investimento mobiliário geridos pela sociedade, no montante de 253 mEuros.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a V.Ex.as. o seu relatório e parecer sobre as Contas Consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

1 - RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados e o respectivo Anexo que foram elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e com as instruções do Banco de Portugal.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração bem como o Relatório de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.



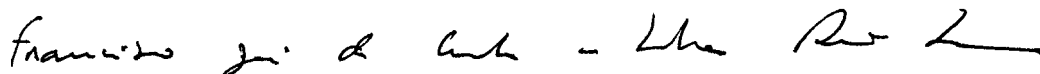
2 - PARECER

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados e seu Anexo e o Relatório do Conselho de Administração, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA., e o resultado consolidado das suas operações, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, bem como o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

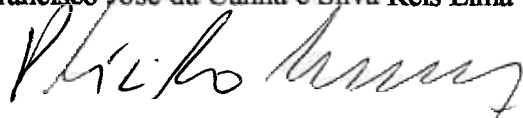
Lisboa, 21 de Fevereiro de 2005

O CONSELHO FISCAL


Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)

em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC.*

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Pcta Conde de Arnosó, 1-A, 5º B
2700 - 123 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS**

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 3.881.961 milhares de euros e um total de capital próprio de 194.340 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 9.810 milhares de euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

a verificação das operações de consolidação;

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e

a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e as Instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal.

ÊNFASE

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

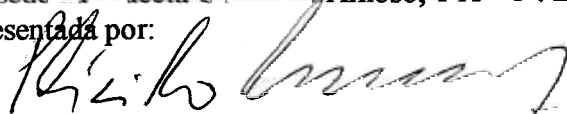
Nas suas contas individuais, o Banco passou, neste exercício, a reconhecer a responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus empregados, tendo em consequência e de acordo com autorização concedida pelo Banco de Portugal, registado na rubrica de Resultados transitados um montante de 4.200 milhares de euros.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2005

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC

Com sede na Praceta Conde de Amoso, 1 A – 5º. B – Buraca, 2720 123 Amadora

Representada por:



Plácido Norberto dos Inocentes - ROC n.º 772/